

Desigualdades Salariais no Mercado de Trabalho do Brasil: enfoque nos gêneros e nas raças

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção de carga horária na disciplina CNM 5420 – Monografia.

Por: Ewerson Carlos da Silva

Orientador: Prof. Dr. Helton Ricardo Ouriques

Área de Pesquisa: Mercado de Trabalho

Palavras – Chaves: 1. Desigualdade
2. Rendimento
3. Salário
4. Gênero
5. Raça
6. Mercado de Trabalho

Florianópolis, Julho de 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota.....ao aluno
..... na
Disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Helton Ricardo Ouriques
Presidente

Prof^a. Ivoneti da Silva Ramos
Membro

Prof. Milton Biage
Membro

À Gisele, minha querida esposa e minha grande incentivadora a nunca desistir desse sonho. Nos momentos mais difíceis desse período estive ao meu lado, que com seu empenho e carinho me ajudou a superar todos os percalços.

Amo muito você!!!

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai, Cedenir, que não está mais presente fisicamente, porém eternamente estará em meu coração, ele tinha como seu maior sonho me ver nesse momento de conquista, dedico também a ele essa conquista.

À minha mãe, Siléia, que soube superar as adversidades da vida, que tem como maior felicidade os filhos, e dedica seu tempo 100% para nossa criação e educação, sem ela não estaria nesse momento.

À minha irmã, Amanda, que participa muito da minha vida, porém a ela ficam meus ensinamentos e referências a serem seguidas.

A Gener e Claudete, os sogros que me apoiaram desde o início, também os cunhados Patrícia e Junior, com seus respectivos namorados Murilo e Adriana.

Aos amigos do Senac, principalmente do Núcleo Administrativo Financeiro, Alexandre, Alexandra, Valmir, João, Elizon, entre outros, que além de amigos são meus irmãos de coração, por me darem força em todos os momentos em que precisei e nunca me deixaram na mão em nenhum momento.

Em especial, à Beatriz e ao Marcelo, que me tratam com igualdade, e me ajudaram muito desde o início desse trajeto.

À Direção do Senac, que depositou em mim sua confiança.

Aos familiares, amigos, que são muitos, mas todos me ajudaram de alguma forma.

Ao professor Helton, que além de ser um ótimo professor e um ótimo orientador, é uma ótima pessoa. Em me passar parte de seu conhecimento e ter paciência com todas as situações ocorridas durante a orientação, agradeço de coração. Pena ter acabado, mas que fiquem seus ensinamentos.

E finalmente a minha filha, que com seu nascimento dia 21/06/2007, trouxe toda a força que eu precisava para a finalização desse projeto, seu olhar me transmite a cada minuto mais força. Seu nome é Sofia, com significado de sabedoria, essa sabedoria que tive durante todo esse período na Universidade.

SUMÁRIO

- RESUMO	vii
- LISTA DE TABELAS	viii
- LISTA DE ABREVIATURAS	xii

CAPÍTULO I

1 O PROBLEMA 13

1.1 Introdução	13
1.2 Problemática	16
1.3 Objetivo geral	16
1.4 Objetivos específicos	17
1.5 Metodologia.....	17

CAPÍTULO II

2 MERCADO DE TRABALHO DO BRASIL DESDE 1980 18

2.1 Aspectos macroeconômicos	18
2.2 Aspectos populacionais	28
2.3 População economicamente ativa.....	31
2.4 População ocupada	33

CAPÍTULO III

3 DESIGUALDADES SALARIAIS NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO: ênfoque no gênero..... 35

3.1 Apresentação	35
3.2 Desigualdade por classes de rendimento	36
3.3 Desigualdade por classe de anos de estudo	42
3.4 Desigualdades de rendimento por faixa etária.....	44

CAPÍTULO IV

4 DESIGUALDADES SALARIAIS NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO: ênfoque na raça..... 50

4.1 Apresentação	50
4.2 Aspectos populacionais	51
4.3 Distribuição da população ocupada.....	56
4.4 Rendimentos da população ocupada.....	59
4.5 Anos de estudo da população ocupada	64
4.6 Ocupação principal da população ocupada	67

CAPÍTULO V

5. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES	70
5.1 Conclusão	70
5.2 Recomendações	72
REFERÊNCIAS	73

RESUMO

O estudo contempla os aspectos da economia brasileira após a década de 1970, juntamente com a revolução tecnológica decorrente em função do surgimento da microeletrônica. A década de 1970 conhecida como a época do milagre econômico antecedeu, as décadas de 1980 e 1990, que tiveram cenários diferentes, pois o primeiro período foi cheio de incertezas perante planos de estabilização infundados, fazendo com que grande parte da população sofresse as conseqüências, principalmente em relação ao mercado de trabalho, e mais ainda em relação aos rendimentos; já o segundo período, foi circundado de esperança frente as aberturas ao comércio externo e as privatização, novos planos e novas moedas estabilizaram a economia e o mercado de trabalho. O tema em questão, Desigualdades Salariais no Mercado de Trabalho do Brasil: enfoque nos gêneros e nas raças é estudado no período descrito, sendo utilizado como parâmetros dados da população residente, da população economicamente ativa, da população ocupada, de classes de rendimentos, de anos de estudo e de faixa etária. Através da correlação dos dados conclui-se que o mercado de trabalho brasileiro, tem problemas preconceituais em relação às desigualdades salariais entre homens brancos, mulheres brancas, homens negros e mulheres negras, visto que através de dados, os homens brancos que tem salários maiores do que todos os outros possui em certas atribuições, menor escolaridade, menos experiência, e é mais jovem do que principalmente as mulheres brancas. Os negros e os pardos sofrem problemas com o menor nível educacional, porém sofrem muitos preconceitos.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – POPULAÇÃO RESIDENTE, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E POR SEXO - 1970-2005	29
TABELA 2 – PARTICIPAÇÃO % POR GÊNERO NA POPULAÇÃO RESIDENTE, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO DE 1970-2005	30
TABELA 3 – VARIAÇÃO % EM RELAÇÃO ANO BASE 1970 (100%) DA POPULAÇÃO RESIDENTE, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E POR SEXO - 1970-2005	30
TABELA 4 – POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA POR GÊNERO E SITUAÇÃO DOMICILIAR DE 2001 A 2005	31
TABELA 5 – PARTICIPAÇÃO % POR GÊNERO NA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA E POR SITUAÇÃO DOMICILIAR DE 2001 A 2005	32
TABELA 6 – VARIAÇÃO % DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA POR GÊNERO E SITUAÇÃO DOMICILIAR DE 2001 A 2005	32
TABELA 7 – POPULAÇÃO OCUPADA POR GÊNERO, ABSOLUTO E PARTICIPAÇÃO RELATIVA DE 1992 A 2005	33
TABELA 8 – VARIAÇÃO % EM RELAÇÃO ANO BASE 1992 (100%) DA POPULAÇÃO OCUPADA, POR SEXO DE 1992 A 2005	34
TABELA 9 – POPULAÇÃO DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE ECONOMICAMENTE ATIVA POR GÊNERO E CLASSE DE RENDIMENTO DE 2001 A 2005	37
TABELA 10 – POPULAÇÃO DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE ECONOMICAMENTE ATIVA POR % DE GÊNERO EM CLASSE DE RENDIMENTO DE 2001 A 2005	39

TABELA 11 – POPULAÇÃO DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE ECONOMICAMENTE ATIVA POR % DE PARTICIPAÇÃO DA CLASSE DE RENDIMENTO NO TOTAL DE 2001 A 2005	40
TABELA 12 – RENDIMENTO MÉDIO EM R\$ DA POPULAÇÃO OCUPADA POR GÊNERO EM REGIÕES METROPOLITANAS - 1998 – 2005.....	41
TABELA 13 – POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA POR GÊNERO E ANOS DE ESTUDO DE 2001 A 2005	42
TABELA 14 - POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA POR % DE GÊNERO EM CLASSE DE ANOS DE ESTUDO DE 2001 A 2005.....	43
TABELA 15 - PARTICIPAÇÃO POR % DE ANOS DE ESTUDO NA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA DE 2001 A 2005	44
TABELA 16 - POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA POR GÊNERO E IDADE DE 2001 A 2005	45
TABELA 17 - POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA POR % DE GÊNERO E IDADE DE 2001 A 2005	47
TABELA 18 - PARTICIPAÇÃO POR % DE GÊNERO E IDADE NA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA DE 2001 A 2005	48
TABELA 19 - POPULAÇÃO RESIDENTE, POR GÊNERO E COR - 1991-2005	52
TABELA 20 - PARTICIPAÇÃO % DA POPULAÇÃO RESIDENTE POR GÊNERO E COR NA POPULAÇÃO RESIDENTE TOTAL POR COR, DE 1991-2005.....	53
TABELA 21 - PARTICIPAÇÃO % DA POPULAÇÃO RESIDENTE POR GÊNERO E COR NA POPULAÇÃO RESIDENTE TOTAL, DE 1991 -2005.....	54

TABELA 22 - VARIAÇÃO % EM RELAÇÃO ANO BASE 1991 (100%) DA POPULAÇÃO RESIDENTE, POR GÊNERO E POR COR - 1991-2005	55
TABELA 23 - POPULAÇÃO OCUPADA, 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR GÊNERO E COR - 2001-2005	57
TABELA 24 - PARTICIPAÇÃO % DA POPULAÇÃO OCUPADA DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR GÊNERO E COR NO TOTAL DE CADA SEGMENTO DE COR - 2001-2005	58
TABELA 25 - PARTICIPAÇÃO % DA POPULAÇÃO OCUPADA DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR GÊNERO E COR NO TOTAL - 2001-2005	59
TABELA 26 - PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, OCUPADAS POR COR, GÊNERO E CLASSES DE RENDIMENTO NOMINAL MENSAL DE TODOS OS TRABALHOS EM 2000	60
TABELA 27 – PARTICIPAÇÃO % DE PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR COR E FAIXA SALARIAL EM RELAÇÃO AO TOTAL EM 2000	62
TABELA 28 - RENDIMENTO MÉDIO EM R\$ DA POPULAÇÃO OCUPADA POR COR EM REGIÕES METROPOLITANAS - 1998 – 2005	63
TABELA 29 - RENDIMENTO EM R\$ POR HORA DA POPULAÇÃO OCUPADA POR COR E ANOS DE ESTUDO ENTRE 1999 – 2004.....	65
TABELA 30 - TEMPO MÉDIO DE ESTUDO POPULAÇÃO OCUPADA POR COR ENTRE 1999 – 2004	66
TABELA 31 - TAXA DE VULNERABILIDADE EM % DA POPULAÇÃO OCUPADA POR COR E GÊNERO - 1998 – 2005	66
TABELA 32 - OCUPAÇÃO PRINCIPAL EM % DA POPULAÇÃO OCUPADA EM RELAÇÃO À COR NÃO NEGRA - 1998 – 2005	68

TABELA 33 - OCUPAÇÃO PRINCIPAL EM % DA POPULAÇÃO OCUPADA EM RELAÇÃO À COR NEGRA - 1998 – 2005	68
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS

OIT – Organização Internacional do Trabalho

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PME – Pesquisa Mensal de Empregos

PED – Pesquisa Mensal de Emprego e Desemprego

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

PEA – População Economicamente Ativa

URV – Unidade Real de Valor

URP – Unidade de Referência de Preços

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

CAPÍTULO I

1. O PROBLEMA

1.1 Introdução

O mercado de trabalho não é visto apenas como um fator econômico, que deva ser regido por políticas de cunho econômico, há toda uma questão social, pois no mercado de trabalho, há “socialização de indivíduos”, que vem desde as sociedades humanas menos complexas até o mundo atual, sendo que o mercado assume uma dimensão social antes mesmo de existir uma dimensão econômica”, Ramos (2007, p. 7). Ainda em Ramos (2007, pág. 7), “o mercado de trabalho é fundamental para promover a equidade e o bem estar de uma sociedade”. Não é isso que ocorre em grande parte da sociedade, pois as desigualdades de rendimentos estão em todos os lugares, e afetam grande parte da população.

De acordo com Castells (2006, p. 265),

O processo de trabalho situa-se no cerne da estrutura social. A transformação tecnológica e administrativa do trabalho e das relações produtivas dentro e em torno das empresas emergentes em rede é o principal instrumento por meio do qual o paradigma informacional e o processo de globalização afetam a sociedade em geral.

Esse estudo vai mostrar o comportamento do mercado de trabalho desde a 3ª revolução industrial, que consiste na inserção das novas tecnologias advindas da microeletrônica, sendo conhecida também como a época informacional, demonstrando o comportamento do mercado de trabalho junto às políticas de liberalização comercial e financeira ocorrida no mundo, que se tornou um mundo global, sendo que algumas nações não são mais regidas por políticas econômicas internas, pois sofrem influências dos países centrais, principalmente das multinacionais existente nesses países centrais, que avançam cada vez mais, em busca da força de trabalho com baixa qualificação, e com salários mais baixos, países como a China, que ganham mercados através de seus empregos, pois são empregos de baixa remuneração.

Em Alves (2000, pág. 9),

É a partir da mundialização do capital que se desenvolve um complexo de reestruturação produtiva, com impactos estruturais no mundo do trabalho. Ele surge como ofensiva do capital na produção, tendo em vista que debilita a classe, não apenas no aspecto objetivo, com a constituição de um novo e (precário) mundo do trabalho, mas principalmente no subjetivo. [...] a precarização da classe dos trabalhadores assalariados, que atinge não apenas, no sentido objetivo, a sua condição de emprego e salário, mas no sentido subjetivo, a sua consciência de classe.

Surge uma nova estrutura industrial, denominada por Castells (2006), sendo essa estrutura baseada no aparecimento de uma nova forma de produto, sendo a década de 1970 o período de surgimento dessa nova estrutura. A estrutura industrial é modificada aos poucos, passa da produção industrial para uma estrutura de serviços. A modificação não é homogênea em todos os países, pois há diferenças institucionais, culturais e políticas. No Brasil surge com fraca intensidade em fins da década de 1970, tem pouca relevância na década de 1980, e tem um pouco mais de força na década de 1990, com alguns setores prioritários tal como a biotecnologia.

A exploração da força de trabalho no mundo global é algo que ocorre principalmente nos países em desenvolvimento, pois nos países centrais e já desenvolvidos, se encontram os centros de pesquisas, com todas as tecnologias, com os mais competentes empregados, e com as maiores remunerações. Nos países em desenvolvimento, a exploração ocorre na forma de baixos rendimentos, de trabalhos precarizados e da exploração infantil. E esse estudo vai se centrar na questão do rendimento desigual que ocorre no Brasil, com foco no gênero, ou seja, entre mulheres e homens, e nas raças, que são os brancos, os negros e os pardos.

A discussão sobre o mercado de trabalho brasileiro tem alguns pontos focais, sendo as disparidades salariais entre mulheres e homens, negros e brancos em diferentes regiões brasileiras um dos mais relevantes desses temas estudados em termos nacionais atualmente. De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) (2007, pág. 1) ocorre, “[...] a presença definitiva e crescente das mulheres em busca de oportunidades profissionais e intensificação da discussão sobre a desigualdade racial no país [...] sofrida com dupla intencionalidade pelas mulheres negras”.

As informações quantitativas e qualitativas sobre o mercado de trabalho brasileiro demonstram que indivíduos que ocupam funções iguais com as mesmas características produtivas têm remunerações diferentes. O estudo tenderá a encontrar as problemáticas em cenários macroeconômicos, dados de empregabilidades, salários, ocupação, entre outros pontos, que serão analisados com mais detalhes durante o estudo.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) de 1995, uma grande transformação que ocorreu foi o deslocamento dos empregos da atividade industrial, na década de 1970, para o setor de serviços, nas décadas de 1980 e 1990. Em 1995, o setor terciário era composto por 73,4% das ocupações não-agrícolas e mais da metade, 52% da população ocupada do Brasil. O ritmo da terceirização foi impulsionador desse aumento na área de serviços, outrora na década de 1980, o setor de serviços gerou 12,9 milhões de novos empregos, absorvendo dessa forma 76,8% do aumento da população ocupada em atividades não-agrícolas. No setor industrial, que absorvia o maior número de trabalhadores não-agrícolas durante a década de 1970, respondeu pela geração de apenas 16,4% dos empregos não-agrícolas na década de 1980. Em 1995, o setor industrial abrigava apenas 19,6% do total das pessoas ocupadas.

O Brasil, em termos econômicos se mostra capaz de gerar muitos empregos, mas a maioria deles de baixa qualidade, é nesse patamar que iniciam os jovens, as mulheres e os negros, estando dessa forma na periferia do mercado de trabalho. A informalização tem sido um subterfúgio para aqueles que querem ter maiores e melhores oportunidades.

Os conceitos do mercado de trabalho serão agora demonstrados, para melhor entendimento do estudo para elucidar melhor as desigualdades de salários. Os conceitos coletados junto a Ramos (2007) são com base as Pesquisas executadas pelo IBGE e pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

As Pesquisas Domiciliares são a grande base para a coleta de dados do mercado de trabalho, as três utilizadas nesse estudo foram a PNAD, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio; a PME, Pesquisa Mensal de Empregos e a PED, Pesquisa Mensal de Emprego e Desemprego. A PNAD é produzida pelo IBGE, sendo uma amostragem anual, exceto nos anos em que há o Censo e também em 1994, é uma pesquisa de âmbito nacional, com exceção da área rural da região norte até 2003, pois a partir de 2004 foi incorporada essa área a pesquisa; a PME também é produzida pelo IBGE, porém com periodicidade de coletas de dados mensais e com abrangência de somente seis das principais regiões metropolitanas, sendo São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Recife, Salvador e Belo Horizonte e por ultimo a PED que é coletada pelo Dieese, principalmente na região metropolitana de São Paulo e com periodicidade mensal.

O trabalho é visto como, ocupação remunerada em dinheiro, produtos, mercadorias ou serviços e ocupação não remunerada na produção com desenvolvimento em ao menos uma hora semanalmente.

A população residente é toda a população nacional em cada período de estudo. A população economicamente ativa é a soma da população ocupada com a desocupada, sendo que a população ocupada é aquela composta por indivíduos que trabalharam com remuneração ou sem remuneração ao menos uma hora da semana, ou ainda aqueles que estavam afastados de seus trabalhos remunerados. Já a população desocupada é aquela em que estão os trabalhadores sem trabalho, com disponibilidade para assumir alguma função, ou então, aqueles que procuraram efetivamente emprego sem terem qualquer outro trabalho antes, ou também mesmo que tivessem saído do emprego anterior em um período de 30 dias.

Ainda em relação à classificação, o IBGE determina em suas coletas a raça branca como as pessoas que se declaram de cor branca, para a raça negra as pessoas que se declaram de cor preta e a raça parda àquelas que se declaram pardas, mulatas, caboclas, cafuzas, mamelucas ou mestiças.

A primeira parte do trabalho após essa introdução fará um apanhado geral do comportamento macroeconômico do Brasil no período após 1980, a segunda parte evidenciará as desigualdades salariais que ocorrem no Brasil em relação ao gênero, traçando um perfil da população brasileira, com dados necessários para o melhor entendimento da atual situação, a terceira parte continuará na questão salarial, porém com as desigualdades entre raças, que trarão toda uma situação de preconceito, explicado em partes por números e em partes por opiniões.

1.2 Problemática

O cenário do mercado de trabalho brasileiro vem sofrendo grandes transformações desde 1980, em função de diversos fatores, tais como políticas fiscais, monetárias, crises internas, externas e mudanças tecnológicas, porém um dos fatores que mais vem chamando a atenção são as desigualdades salariais que ocorrem dentro do mercado de trabalho, e principalmente entre homens e mulheres, negros, pardos e brancos, e é em cima desses dois pontos que será fundamentado todo o estudo.

1.3 Objetivo geral

Analisar os dados empíricos, informações relatadas em períodos diferentes na economia brasileira de 1980 em diante, para assim demonstrar o desenvolvimento das desigualdades salariais entre os brancos, os negros e os pardos e as mulheres e os homens.

Como a estagnação econômica de uma sociedade que foi afetada por diferentes planos de estabilização com foco em manutenção de taxas de inflação a cargo de altos níveis de desemprego afetou os salários.

1.4 Objetivos específicos

Relatar o andamento da economia brasileira após a década de 1980, como os planos interferiram no mercado de trabalho do Brasil.

Um segundo ponto é colocar as diferenças salariais do ponto de vista dos gêneros, ou seja, salários diferenciados para mulheres e homens, onde é visto que há um grande crescimento da ocupação pelas mulheres no mercado de trabalho formal.

O terceiro assunto é com referência as raças, onde é focado entre a população preta, parda e a branca, que é a maioria no mercado de trabalho formal, buscando entender o que é o grande fator gerador dessas desigualdades.

1.5 Metodologia

A idéia pontual é descobrir quais as situações que ocasionam as disparidades salariais entre homens e mulheres, e brancos, negros e pardos. Através da leitura de diferentes autores em livros, artigos, dissertações, monografias e notícias da situação atual do mercado de trabalho brasileiro.

Os dados coletados em fontes tais como, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), IBGE, DIEESE, Ministério do Trabalho, quantificarão as diferenças salariais entre os homens e as mulheres, e os negros, pardos e os brancos, procurando, dessa forma entender o porquê de toda uma dicotomia salarial tão visível em um país de proporções gigantescas em termos de população e de área, qualificando dessa forma os principais fatores determinantes de tais desproporcionalidades. Os dados referem-se à população economicamente ativa, a população ocupada, o número de empregos formais, a variação desde a década de 1980, informações de escolaridade, idade e rendimentos e a sua variação.

CAPÍTULO II

2. MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL DESDE 1980

2.1. Aspectos Macroeconômicos

Em Camargo (1996), após uma década com altas taxas de crescimento, denominada como a época do milagre econômico, período compreendido de 1970 a 1979, o Brasil esteve diante de um cenário macroeconômico confuso nas décadas de 1980 e 1990. O mercado de trabalho brasileiro não ao acaso passou por drásticas transformações, fruto de ajustes que se fizeram sentir de forma acentuada nos rendimentos dos trabalhadores no Brasil, no entanto de forma diferenciada e com muitos agravantes. Mesmo antes do fim da década de 1970, no período compreendido entre 1950, fim da II Guerra Mundial e 1979, com a crise gerada pelo impacto ocasionado pelo aumento do preço do petróleo, o Brasil passou por situação favorável em relação ao mercado de trabalho, visto que os países centrais também se aproveitaram de toda a onda de crescimento econômico advindo principalmente da necessidade de reestruturação dos países afetados pela guerra. O emprego assalariado estava em ascensão e era mais protegido, tinha regularidade e era regulamentado. O período em questão colocou como sinalização a transformação da força de trabalho rural para urbana, modificação ocasionada pela inserção de novas tecnologias nos parques industriais. A situação de melhora de emprego é vista em todos os países, porém, grande parcela dos empregos criados em países subdesenvolvidos são de origens de subempregos, pois havia falta de políticas econômicas condizentes com o mercado de trabalho global.

Enquanto os países centrais colocaram suas atenções sobre a especialização em produção de itens com alto valor agregado, que necessitavam de força de trabalho capacitada, visto que os salários pagos eram altos e havia pleno emprego, fator gerador de desenvolvimento econômico, os países subdesenvolvidos tinham no subemprego uma das formas de ocupação, ocasionado pela sua estrutura produtiva, que optava pela inserção em produções de produtos com menor valor agregado, ou então produtos agrícolas, esse último, o principal causador da informalidade nesse período, por ser um emprego sazonal e com baixa

remuneração, recrutando como força de trabalho, indivíduos incapacitados a setores produtivos e sem poder de barganha em relação a seus direitos trabalhistas.

O período compreendido entre 1950 e 1980 não será aprofundado, apenas se utilizará para algumas comparações estatísticas. O ponto de partida para o estudo do mercado de trabalho é em relação à 3ª Revolução Industrial que causou modificações na estrutura de emprego e de salários no mercado de trabalho mundial, já que o Brasil está inserido nesse contexto.

A década de 1970 vislumbrou o surgimento de uma nova época no mercado de trabalho, pois a interação do mercado de trabalho com a tecnologia ocasionou mudanças. Anteriormente o mundo girava em torno da produção de bens materiais, com fins determinados, era a produção capitalista com centralidade em produtos. A partir de então a inserção de novas tecnologias nos parques produtivos, a automação dos serviços, fez com que o mercado de trabalho passasse para serviços, era a criação de ocupações preponderantemente nos setores de automação, também cargos de administradores, profissionais especializados e técnicos, representando o centro da nova estrutura ocupacional, Castells (2006, p.269). Junto ao aumento desses cargos, ocorre também a elevação dos postos em serviços sem qualificação, sendo serviços, por exemplo, terceirizados, de segurança, limpeza, jardinagem.

O período a partir de 1970 verificou uma queda do emprego industrial e elevação dos empregos de serviços. Várias funções perderam espaço, não sendo mais necessário força de trabalho para certos ramos, pois a informatização fazia tudo em menos tempo e com custos mais baixos, porém foram criadas outras funções, também pela questão na informatização ocorrida na década de 1970. Era exigida maior capacitação para o cumprimento das novas funções, a qualificação era necessária, o conhecimento em informática se tornava fator preponderante para a conquista de espaço nesse novo mercado de trabalho.

Em Castells (2006), os serviços que mais necessitaram de força de trabalho nesse novo paradigma de serviços foram: os serviços relacionados à produção, apesar das funções que necessitavam apenas de trabalho braçal terem perdido espaços, foram criadas as funções para a operação das novas máquinas e também dos novos modelos administrativos; serviços sociais, porém com maior ênfase na década de 1960, mas com manutenção das altas taxas de necessidade de força de trabalho; os serviços de distribuição com combinação de transportes e comunicações, na era da comunicação é indubitável a necessidade de pessoas capacitadas para toda a manipulação da informática em prol de acessibilidade na comunicação em tempo real de pessoas em diferentes regiões do mundo, as empresas multinacionais necessitam muito dessa ferramenta e com muita qualidade, outro fator imprescindível para as multinacionais,

porém também para empresas em termos nacionais são os transportes, a mudança de paradigma em relação à forma de produção, sendo a produção enxuta¹ o foco nas empresas, há cada vez mais a necessidade de serviços de transporte, armazenamento e logística de empresas terceirizadas, em função disso foram criados muitos empregos nesse ramo pelo mundo; e por fim os serviços pessoais, apesar de que nas economias avançadas esse tipo de emprego está sumindo.

A diversidade de funções no mercado de trabalho, também foi um fato que chamou a atenção, com aumento ou diminuição do peso para determinadas atribuições, sendo que as funções diretamente ligadas ao processo informacional do mercado de trabalho são melhores remuneradas em relação às profissões que não são ligadas a esse processo de informatização, pode-se citar como, uma empregada doméstica e um prestador de serviços na área de cabeamento estruturado para empresas de tecnologia da informação. Apesar de ambos serem empregados, o trabalhador da área de tecnologia da informação que está inserido no contexto da informática, e tem salários mais altos do que a empregada doméstica.

Em Castells (2006, pág. 285),

As sociedades informacionais com certeza são sociedades desiguais, mas as disparidades originam-se menos de sua estrutura ocupacional relativamente valorizada que das exclusões e discriminações que ocorrem dentro e em torno da força de trabalho. [...] Mas a diversidade dos níveis, a irregularidade do processo e a reversão da tendência em alguns casos demandam uma visão diferencial dos padrões de evolução da estrutura ocupacional.

O estudo do mercado de trabalho brasileiro com ênfase em desigualdades salariais entre gêneros e entre raças colocará em evidência como a sociedade se comportou com a inserção da tecnologia e uma nova fase de internacionalização do capital, que estabelecia uma nova divisão do trabalho, não somente em sua face comercial, porém também em sua dimensão produtiva, Alves (2000), demonstrando como o rendimento se modificou, de que forma foi pressionado pela educação e o que tem haver a educação com essa situação de disparidade salarial, visto através da correlação entre os anos de estudos da população e a idade em que essa população se insere no mercado de trabalho, pois quanto mais os indivíduos ficam estudando, maior é a idade que eles se inserem no mercado de trabalho. Houve uma maior divisão social do trabalho, o Brasil vislumbrou uma diferenciação em sua

¹ A produção enxuta é a nomenclatura dada ao Sistema Toyota de Produção, surgido no Japão após o término da II Guerra Mundial em fábricas de automóveis da empresa Toyota. Seu objetivo é aumentar a eficiência da produção pela eliminação dos desperdícios que ocorrem durante o processo de produção.

estrutura social, sendo o surgimento de um novo destaque, os assalariados urbanos. Há em destaque também, porém em um plano inferior, a classe dedicada aos serviços.

O Brasil, após 1980, viu o desenvolvimento do mercado interno, de novas classes assalariadas e de uma classe operária com poder de contestação, com a capacidade de movimentar a democracia social, com o surgimento de uma nova sociabilidade do trabalho, com a capacidade de ultrapassar os preconceitos tradicionais locais e regionais, repondo as contradições sócio-teóricas em um patamar superior, conforme Alves (2000). Contudo havia a crise do capitalismo industrial retardatário em evidência desde 1973, com auge em 1980, principalmente nas indústrias de automóvel, eletrodomésticos e outras com menor importância. O mundo caminhava para a liberalização comercial, enquanto o Brasil estava no Estado desenvolvimentista voltado para a produção do consumo interno. Essa contradição seria detonada somente na década de 1990, com a liberalização comercial, ocorrida a partir do Governo Collor.

Diversos planos foram implantados na economia para a estabilização da inflação, gerada principalmente por uma estrutura industrial ofertante de produtos aos consumidores altamente concentrada e para sanar o déficit em conta corrente no balanço de pagamento, pois não havia mais interesse dos investidores internacionais financiarem esse déficit. Esses planos causaram modificações na estrutura do mercado de trabalho brasileiro.

Em Modiano (1986), nos anos de 1981 e 1982, houve elevação das barreiras não tarifárias e de políticas monetárias restritivas, focando principalmente na estabilização da inflação e do déficit do balanço de pagamentos, porém o resultado foi positivo em relação à queda nas importações, que diminuiu o déficit do balanço de pagamentos, já a inflação manteve-se em seus altos patamares. Foi registrado nesse período o maior índice de desemprego até aquele momento, sendo assim, considerado um mercado de trabalho rígido, pois houve em função de altas taxas inflacionárias, aumento do desemprego.

Nos anos de 1983 e 1984, juntamente com as políticas adotadas nos dois anos precedentes, foi criada a política de arrocho salarial, cortes de gastos públicos e alta desvalorização cambial. Em detrimento desses aspectos, ocorreu um aumento das exportações com os níveis de importações mantidos em seu mesmo patamar, sendo nesse ponto o equilíbrio na conta corrente encontrado em função desse superávit comercial, no entanto um agravante ficou evidenciado, a inflação chegou a 200%, para Modiano (1986), a inflação acelerada de 1983 é atribuível em sua totalidade à desvalorização. O emprego nesses dois anos ficou a cargo do nível de atividade, visto que nos primeiros meses da adoção das políticas, ocorreu uma retração da atividade industrial, gerando uma elevação do desemprego,

de acordo com o acervo histórico dos dados da PNAD/IBGE, o desemprego passou de 5,82% em 1982, para 7,55% em 1983, quando em 1984, as atividades retornaram seus padrões anteriores, diminuindo o índice de desemprego, chegando ao patamar de 5,90%.

Ainda em Modiano (1986), o ano 1985, voltou-se o foco para o crescimento, posto de lado momentaneamente os acordos com o FMI e as políticas ortodoxas utilizadas, tanto as fiscais quanto as monetárias. O que se tentou foi apenas um atraso de reajustes de preços e tarifas públicas sustentando a inflação no mesmo patamar dos dois últimos anos, outra questão que foi conseguida foi a manutenção do superávit comercial, colocando que a economia do Brasil havia conseguido o ajuste em relação à restrição externa.

Para Camargo (1996), o Plano Cruzado em 1986 abre o período de congelamentos de preços, com uma tentativa de obter a queda da inflação, com crescimento econômico e redistribuição de renda. Reformas monetárias e fiscais expansivas foram implementadas, foram elevados os salários do setor formal e houve manutenção das taxas de câmbio nos mesmos níveis daquele momento. No curto prazo houve uma boa resposta, pois a inflação caiu sem que afetasse o crescimento do PIB, porém a oferta não conseguia suportar o nível de demanda que aumentara em função da estabilização dos preços, sendo que aconteceram movimentos especulativos, elevando novamente os níveis de inflação em longo prazo, novamente o salário sofria perdas em seu valor real, já que os aumentos nominais dos salários não acompanhavam as elevações inflacionárias.

Entre 1987 e 1989, os Planos Bresser e Verão, tentaram com políticas econômicas que tinham um misto de ortodoxia e heterodoxia, não deixar que ocorressem inflações maiores do que as que já estavam em plano, porém os congelamentos de preços e os cortes de oferta de moeda não foram suficientes, pois houve elevação da inflação. No plano do balanço de pagamentos, a conta corrente estava estabelecida, já em relação ao PIB seu crescimento foi inferior ao ano de 1986.

O início do governo Collor, após uma derrota política da classe operária, comandada pelo Partido dos Trabalhadores e como figura central o atual Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, teve na política econômica o Plano Collor, com políticas neoliberais de estabilização e reformas estruturais, que buscaram estabilizar a economia brasileira, porém o novo congelamento de preços, a abertura do mercado nacional à produção internacional e o confisco da poupança para diminuir a moeda em circulação no país, não surtiram resultados positivos, ao contrário, ocorreu uma recessão muito parecida com a que já ocorrera no início da década de 1980, sendo que o déficit na conta corrente do balanço de pagamentos não foi afetada, mas houve um empobrecimento da população economicamente ativa (PEA). Houve

grandes perdas de empregos e precarização no mundo do trabalho em relação aos salários, vistos as altas taxas inflacionárias. O que se buscava era um Brasil mais estável economicamente, para que pudesse receber investimentos externos ávidos por valorização, pois nessa época os países emergentes eram boas opções para o investimento em capital produtivo e capital financeiro, ou seja, investimentos diretos e indiretos. No ponto de vista empresarial, a liberalização comercial ocorrida em 1990, ocasionou uma maior concorrência, com a necessidade de maiores investimentos nos parques produtivos nacionais, porém os investimentos eram baixos, visto a atual situação econômica, e as incertezas decorrentes da década anterior.

Ainda em Camargo (1996), demonstra que no fim do próprio governo Collor, houve algumas colocações, tais como, o desconfisco com a manutenção da política de controle de demanda agregada junto da abertura comercial e financeira, e da renegociação da dívida externa. Ocorreram quedas nos índices inflacionários, uma situação econômica no país de recessão e entrada de capitais especulativos de curto prazo.

O início do governo Itamar, não teve nada de excepcional, apenas tentativas de fazer a economia crescer sem inflação, mas não houve sucesso em suas medidas. Apesar de ser nesse período que surgem os primeiros passos rumo à criação de uma nova moeda, que tinha o intuito de estabilização. Nesse período Fernando Henrique Cardoso, Ministro da Fazenda, e futuro Presidente da República, iniciava o processo estabilizatório.

O Plano Real em 1994 aproveitou reformas antecedentes, tais como, as aberturas comerciais e financeiras, as renegociações e o início das privatizações. O Plano foi composto por 4 fases: a primeira procurava a organização fiscal através do Plano de Ação Imediata e implementação do Fundo Social de Emergência; a segunda parte foi a criação de um indexador para contratos, denominado de URV (Unidade Real de Valor); a terceira fase foi o lançamento do Real, uma nova moeda que tinha todos os contratos anteriormente indexados a URV, passado para essa moeda e por fim, busca de reformas estruturais, tais como, privatizações, flexibilização de monopólios, reforma da previdência entre outras, que tinham como intuito, criar as condições necessárias para quem sabe ter o retorno do crescimento vislumbrado na década anterior com sustentabilidade.

Em um primeiro momento houve crescimento com aumento dos salários reais, principalmente dos salários mais baixos e deterioração das contas externas em função do aumento das importações devido ao câmbio favorável a essa situação. O balanço comercial não foi afetado, pois a crise gerada no México, fez com que houvesse menor entrada de capitais externos no país. O país para não depender dessas não entradas de capitais, e visando

reduzir as importações determinou algumas medidas de caráter monetário e tarifário. Nessa época se viu um aumento dos investimentos externos diretos, porém esse capital produtivo, era vinculado ao investimento em capital, não em trabalho, era a acumulação flexível vindo à tona no Brasil, mas que já ocorria desde fins da década de 1970 nos países centrais.

O Brasil vislumbra, para Alves (2000), um novo e precário mundo do trabalho, contudo, a produtividade industrial a partir de 1990, foi crescente, apesar desses investimentos em capital produtivo terem sido inferiores aos da década passada, a explicação está na forma organizacional adotada para os trabalhadores e as modificações gerenciais. O aumento de eficiência produtiva é consequência do desenvolvimento da produção enxuta, sendo que a produção de mais produtos é executada com menores recursos, é a elevação produtiva em consonância com a racionalização dos custos de produção, segundo Kanitz (1994).

Para Camargo (1996), o Brasil nessas três últimas décadas, passou por alguns choques e planos, nos quais eles influenciam o mercado de trabalho de várias formas. Os choques externos ocasionaram mudanças de salários relativos, ou seja, o salário doméstico em relação ao salário internacional, induzindo a migração dos trabalhadores dos setores que produzem bens não comercializáveis para o setor exportador ou aqueles que são substituidores de importação.

Nos choques de demanda, o mercado de trabalho sofre com as demissões, os primeiros que sofrem com os choques são os trabalhadores que ganham os menores salários e tem menor capacidade de inserção no mercado, muito em função de sua qualificação. Já no caso da oferta monetária, sendo os preços flexíveis, não gera interferência alguma sobre o mercado de trabalho, ao contrário, tendo uma rigidez de preços, ocorrerá uma queda de demanda dos bens e de trabalho, causando aumento do número de desempregados ou também elevação na participação da ocupação total dos segmentos do mercado de trabalho com menores barreiras de entrada com flexibilidade salarial maior, o Brasil adotou essa política muitas vezes durante os anos de 1980, 1990 e 2000.

Em certos momentos, políticas contracionistas em outros momentos políticas expansionistas dependendo do que se queria para o país nos momentos de implantação dessas políticas, se fosse à busca de um crescimento sustentável, ou se fosse à procura da estabilização em patamares mais baixos das altas taxas inflacionárias.

As políticas fiscais buscam através de gastos públicos mexerem na economia, já que os gastos do governo sendo diminuído ou elevado geram modificações no mercado de trabalho, pois gastos maiores em determinado setor faz com que ocorra elevação da ocupação nesse setor, já o contrário, um corte de verbas governamental, causando uma queda de

investimentos públicos em um determinado setor cria um problema de desemprego e salarial nesse setor, porém o Brasil não adotou muito essa política nesses 30 anos, o que se viu, foram muitos gastos públicos, porém os investimentos produtivos foram poucos.

De acordo com Camargo (1996), o governo brasileiro, também tinha outra ferramenta para estabilização e crescimento da economia como um todo, utilizava choques de oferta através de proteções tarifária e não tarifárias, modificação das taxas de câmbio, políticas salariais e controles de preços. Durante a década de 1980 houve muita barreira à entrada de produtos externos, gerando aumento de proteção da empresas em relação ao mercado interno, porém com geração de certo oligopólio. O mercado de trabalho sofria interferência em relação a esse aspecto dependendo do setor que sofria as restrições, pois ocasionava uma maior procura de trabalhadores para os setores que eram protegidos em função da maior produção que era necessária para abastecimento interno da população, já na década de 1990, ocorreu processo inverso, o governo Collor, efetuou uma abertura comercial sem precedentes, gerando processos de falências por todo o país, pequenas e médias empresas eram as mais afetadas e muitos trabalhadores ficaram sem emprego, também o salário estava em queda, a desigualdade aumentou e a recessão era imensa. No contexto das modificações nas taxas de câmbio, as desvalorizações ou valorizações ocorridas modificam os preços relativos, sendo que no mercado concorrencial, há deslocamento da força de trabalho dos setores que são prejudicados por essas mudanças para os setores que ganham com a comercialização.

Para Camargo (1996), nas políticas salariais o governo desde a metade da década de 1960 intervinha na situação dos salários nominais, determinando os valores que deviam ser pago aos trabalhadores com carteira assinada em função primeiramente de um valor de inflação futura esperada pelo governo, entretanto desde o fim dos anos de 1960, até o início do plano real o governo passou a fazer as elevações salariais com base em inflações passadas. Entre esse período de 1960 a 1994, algumas questões salariais sempre estavam em discussão, haviam etapas diferentes, situada da seguinte forma: 1) entre 1979 e 1983, os salários mais baixos ganhavam aumentos superiores aos índices inflacionários, enquanto os que tinham salários mais altos tinham aumentos inferiores ou iguais aos índices da inflação; 2) entre 1983 e 1985 os reajustes se mantiveram parecidos na situação, porém todas as elevações salariais eram apenas de forma nominal, pois ficavam abaixo da inflação passada; 3) em 1986, instalado o Plano Cruzado, a idéia era que a cada vez que a carga inflacionária chegasse ao patamar dos 20% seria acionado o gatilho do aumento salarial; 4) após 1986, seguiu-se a URP (Unidade de Referência de Preços), que previa através do Plano Bresser, aumentos salariais mensais de acordo com médias inflacionárias dos 3 meses anteriores ao calculo; 5) no período

do governo Collor, deixou-se de lado a política de salários até 1992, com retomada através de reajustes a cada 4 meses, e por fim 6) o retorno da livre negociação salarial, apenas com a intervenção do governo em relação à colocação do valor mínimo de salário.

As empresas possuem capacidade de repassar aumentos de custos aos preços cobrados aos consumidores, o que ocasiona elevação da inflação, e, portanto anulando o aumento inicial dos salários dos trabalhadores.

Havia controle de preços até 1985, através de um controle maior sobre os setores oligopolizados, porém como a inflação continuava a aumentar, o indexador passou a mais setores. Os efeitos sobre o mercado de trabalho aparecem como elevação da atração de força de trabalho para os setores mais competitivos, pois esses possuem maior capacidade de aumento de preços relativos, e também aumentos dos salários relativos, tornando esses setores muito atraentes, já os setores que tinham seus preços relativos estabilizados, ou em queda tinham pouca atração para o trabalhador, e apenas os que mais necessitavam se deslocavam a esses setores.

Segundo com Alves (2000), o Brasil passou por uma precarização do seu mercado de trabalho a partir dos anos de 1990, com redução dos empregos, e precariedade dos salários. Passou por mudança de parte dos empregos formais para empregos informais. O salário teve grande perda em seu poder de compra, influenciado pelas altas taxas inflacionárias, quebrou-se a situação desenvolvimentista advinda das décadas anteriores. A estagnação econômica com os variados planos de ajustamento da economia fez com que a produção no Brasil decaísse a baixos níveis, gerando altos índices de desemprego e, por conseguinte quedas nominais nos salários.

Para Pochmann (1999) a combinação entre a queda no nível de emprego formal e no poder aquisitivo do rendimento assalariado foi resultante da redução do padrão de vida das classes trabalhadoras, ou seja, os indivíduos que mais sofreram com as crises nos anos de 1980, foram aqueles que estavam marginalizados no mercado de trabalho, pois foram os primeiros a sofrerem com as recessões e estagnações provenientes das crises mundiais e de políticas mal sucedidas.

A década de 1980 assistiu a introdução de inovações tecnológicas e organizacionais, porém ainda eram restritas, pois ainda não eram as tecnologias de ponta do mundo desenvolvido, e eram para poucos. Nesse sentido de introdução tecnológica houve uma degradação de certas funções e criação de outras com necessidade de melhor qualificação e treinamento. Ocorreu a necessidade de trabalhadores que tivessem conhecimentos múltiplos e com raciocínios lógicos apurados, pois eram funções que necessitavam de maior escolaridade,

maior treinamento, pois não era tão somente o serviço manual, era sim a operação de máquinas informatizadas.

Outro ponto surgido no mundo do trabalho é a mudança de perfil do trabalhador, sendo que antes seus serviços eram mecânicos e únicos, faziam movimentos iguais e repetitivos no chão das fábricas, com o surgimento na microeletrônica, os trabalhadores tornaram-se polivalentes, com capacidade de operação de várias máquinas. Apesar dessa mudança do perfil do trabalhador, havia uma alta rotatividade deles nos empregos, com poucos investimentos em seus treinamentos e qualificações, com estruturas hierárquicas fortes e com grandes diferenças nos salários entre o topo e a base das pessoas que compõem cada setor do mercado de trabalho.

Os impactos das políticas macroeconômicas sobre os salários durante as três décadas de 1980, 1990 e 2000 foram muitos, sendo que o Brasil tem um mercado de trabalho flexível tanto em relação a desemprego quanto em relação a salários, porém há alguns setores de produção e alguns níveis educacionais ou de faixa salarial que acabam tendo maiores problemas, por terem uma situação mais rígida de preços. Mais diretamente em relação aos salários, a flexibilidade decorre de duas situações de instabilidade macroeconômica: as oscilações de taxas de desemprego geradas por políticas de controle de demanda agregada surgidas em decorrência das conseqüências sobre os rendimentos dos segmentos mais competitivos da força de trabalho e de acelerações inflacionárias, advindas também de desvalorizações cambiais.

Fazendo um apanhado geral da situação dos rendimentos no Brasil a partir de 1980, de acordo com Camargo (1996), verificam-se mudanças que condizem com as políticas adotadas no país: nos anos de 1981 e 1982, o mercado se mostrou flexível em relação ao contracionismo monetário adotado na época, já em 1983 houve desvalorização cambial com altas taxas de inflações e redução do grau de indexação fazendo com que os salários caíssem de forma assustadora. Em 1984 o controle de demanda efetuado não modificou em quase nada o cenário para os trabalhadores em relação aos seus rendimentos. Na nova república nos anos de 1985 e 1986, o rendimento sentiu seu maior aumento nessa década em função da indexação imposta aos salários nesses dois anos. Entre os anos de 1987 e 1990 o Brasil viu o rendimento real dos trabalhadores ruírem junto com o aumento da inflação a patamares muito altos. O início dos anos de 1990 demonstrou um salário ainda mais sem poder de compra, devido à falta de uma política salarial de contexto recessivo e de abertura comercial, o que se viu foi o salário mínimo ter seu menor valor desde sua criação em 1940. E entre os anos de 1993 e 1995 o salário mínimo e o salário real do trabalhador voltaram a aumentar, pois

principalmente em 1995 após a criação do Real, o país passou a ter estabilidade de preços da economia.

A situação como foi exposta dos trabalhadores formais é bem diferente das dos trabalhadores informais. Esses sofrem pressões por melhores empregos, aos quais não encontram no mercado de trabalho formal, por vários motivos, dentre os quais, a baixa qualificação, a mudança do paradigma industrial, que está em reformulação dos parques produtivos brasileiro, sendo que a partir da década de 80 passou a ter uma tecnologia mais avançada, não a tecnologia difundida nos países centrais, mas uma tecnologia suficiente que necessite de uma força de trabalho mais qualificada do que a existente. Uma característica fundamental da informalização é pertinente à competitividade gerada pelas facilidades que se encontram, pois os contratos são feitos por fora da legislação, facilitando aos empregadores e aos empregados o acesso ao mercado. Outra característica preponderante é em relação ao que diz respeito à rotatividade dos trabalhadores que é bem maior, pois o ônus da demissão em termos de valores que a legislação cobra não existe, fazendo com que não haja o interesse dos empregadores de um maior treinamento mais detalhado das funções que seus empregados iriam exercer.

A informalidade dos trabalhadores no Brasil é em grande parte responsável pela taxa de desemprego não se encontrar em patamares mais elevados, pois os empregos informais absorvem grande parcela dos trabalhadores que são demitidos de suas empresas ou de empregos públicos. A informalidade no Brasil tem dois momentos: o primeiro é que na primeira metade dos anos de 1980 o setor informal serviu de base para os trabalhadores formais que eram desempregados, o segundo é que após a inserção por falta de opção, tem-se a informalidade como um atrativo em termos de rendimentos, surgindo à percepção de maiores facilidades de inserção e melhores salários. Para Ramos (2007), a informalidade tem em sua composição trabalhadores que buscam sobrevivência, pois eles não conseguiram se inserir no contexto do mundo do trabalho formal, ou seja, aquele com dinamismo e protegido da economia.

2.2. Aspectos populacionais

A população residente do Brasil vem aumentando em termos de números de habitantes, visto que em 2005 a população era quase o dobro do que em 1970. O crescimento

acompanhado diz respeito à população urbana, visto que grande parte da população rural se desloca para os grandes centros em busca de empregos. O êxodo rural ocasiona problemas sociais imensos nos centros, pois a estrutura não suporta esse grande número de indivíduos, ficando grande parte na marginalidade da sociedade. Outro agravante para esse deslocamento diz respeito a situação das fábricas estarem se instalando nos centros urbanos, porém esse aspecto ocorre somente até 2001, visto que próximo desse ano, as indústrias passaram a instalar-se principalmente em áreas rurais, em busca da força de trabalho com pagamento de menores salários e também sair de todo o movimento que ocorre nos centros.

Tabela 1 - População Residente, por situação do domicílio e por sexo - 1970-2005.

Anos	Total			Urbana			Rural		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
1970	46.331.343	46.807.694	93.139.037	25.227.825	26.857.159	52.084.984	21.103.518	19.950.535	41.054.053
1980	59.123.361	59.879.345	119.002.706	39.228.040	41.208.369	80.436.409	19.895.321	18.670.976	38.566.297
1991	72.485.122	74.340.353	146.825.475	53.854.256	57.136.734	110.990.990	18.630.866	17.203.619	35.834.485
1996	77.442.865	79.627.298	157.070.163	59.716.389	63.360.442	123.076.831	17.726.476	16.266.856	33.993.332
2001	82.456.030	86.913.527	169.369.557	68.271.305	73.828.375	142.099.680	14.184.725	13.085.152	27.269.877
2002	84.560.237	88.831.146	173.391.383	70.210.285	75.733.166	145.943.451	14.349.952	13.097.980	27.447.932
2003	85.843.845	90.143.767	175.987.612	71.448.034	76.990.757	148.438.791	14.395.811	13.153.010	27.548.821
2004	88.673.733	93.386.375	182.060.108	72.547.797	78.576.673	151.124.470	16.125.936	14.809.702	30.935.638
2005	89.851.635	94.536.985	184.388.620	73.368.095	79.343.268	152.711.363	16.483.540	15.193.717	31.677.257

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2001 a 2005 e Censo Demográfico anos 1970, 1980, 1991 e 1996.

A tabela 1 demonstra em termos relativos que a população urbana no Brasil em 2005 era de 82% do total, enquanto em 1970 era de 55%. O êxodo rural ocorreu em função da busca de melhores salários e novos postos de trabalhos nas indústrias que eram criadas, muito em função dos planos de substituição de importações, principal elemento no II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento).

O Brasil passava por grandes transformações em seu quadro produtivo, a estrutura agrária da década de 1970 era preponderadamente com a base produtiva de capital humano, sendo que, passou nas décadas de 1980 e 1990, a ter inserção de novas tecnologias, fazendo com que muitos empregados do campo perdessem suas ocupações e não tivessem mais condições de sustentar suas famílias, pois muitos equipamentos foram inventados e levados ao campo, ocasionando muito desemprego.

Tabela 2 - Participação % por gênero na população residente, por situação do domicílio de 1970-2005.

Anos	Total			Urbana			Rural		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
1970	49,74%	50,26%	100,00%	48,44%	51,56%	100,00%	51,40%	48,60%	100,00%
1980	49,68%	50,32%	100,00%	48,77%	51,23%	100,00%	51,59%	48,41%	100,00%
1991	49,37%	50,63%	100,00%	48,52%	51,48%	100,00%	51,99%	48,01%	100,00%
1996	49,30%	50,70%	100,00%	48,52%	51,48%	100,00%	52,15%	47,85%	100,00%
2001	48,68%	51,32%	100,00%	48,04%	51,96%	100,00%	52,02%	47,98%	100,00%
2002	48,77%	51,23%	100,00%	48,11%	51,89%	100,00%	52,28%	47,72%	100,00%
2003	48,78%	51,22%	100,00%	48,13%	51,87%	100,00%	52,26%	47,74%	100,00%
2004	48,71%	51,29%	100,00%	48,01%	51,99%	100,00%	52,13%	47,87%	100,00%
2005	48,73%	51,27%	100,00%	48,04%	51,96%	100,00%	52,04%	47,96%	100,00%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE - PNAD e Censos Demográficos.

A tabela 2 expõe como a população residente brasileira é dividida em relação ao gênero, sendo que não há grandes modificações desde 1970 até 2005 em sua estrutura. Observa-se que nas áreas urbanas há maior número de mulheres, enquanto na área rural ocorre maior incidência de homens. Apesar de a área rural ser mais informatizadas atualmente em relação à década de 1970 ainda há a necessidade de grandes esforços para manusear certos equipamentos ou então para o próprio trabalho manual de colheita ou corte, sendo então os homens mais aptos para essa função. Enquanto na área urbana as mulheres vêm ganhando participação em relação ao mercado de trabalho, na área rural ocorre o contrário, elas estão cada vez menos interessadas nas ocupações disponíveis.

Tabela 3 - Variação % em Relação ano base 1970 (100%) da População Residente, por situação do domicílio e por sexo - 1970-2005.

Anos	Total			Urbana			Rural		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
1970	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
1980	128%	128%	128%	155%	153%	154%	94%	94%	94%
1991	156%	159%	158%	213%	213%	213%	88%	86%	87%
1996	167%	170%	169%	237%	236%	236%	84%	82%	83%
2001	178%	186%	182%	271%	275%	273%	67%	66%	66%
2002	183%	190%	186%	278%	282%	280%	68%	66%	67%
2003	185%	193%	189%	283%	287%	285%	68%	66%	67%
2004	191%	200%	195%	288%	293%	290%	76%	74%	75%
2005	194%	202%	198%	291%	295%	293%	78%	76%	77%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE - PNAD e Censos Demográficos

A evolução da população residente do Brasil aumentou em 98% desde 1970 até 2005, conforme é demonstrado na tabela 3. Enquanto a população residente em área urbana aumentou em 193%, a população rural teve uma queda de 23% do seu número de habitantes. Constatando o que já foi visto na tabela 2 e ratificado na tabela 3, o aumento maior da população feminina na área urbana, e a queda maior da população das mulheres no campo, visto que aumentou sua participação no centro em 195% e teve uma queda de 24% na área rural.

2.3. População economicamente ativa

O país passou por profundas modificações do perfil da população economicamente ativa, pois ao final da II Guerra Mundial grande parte da população rural foi para os grandes centros metropolitanos. Na década perdida, como foi denominado o período entre 1980 e 1990 duas metas eram o centro das atenções na política econômica: os ajustes da balança de pagamentos e da inflação, ambas buscavam simultaneamente, porém de diferentes formas, o equilíbrio interno. A tabela 4 demonstra que da mesma forma que a população residente no Brasil, a PEA tem o crescimento ocorrido principalmente na área urbana.

Tabela 4 - População economicamente ativa por gênero e situação domiciliar de 2001 a 2005.

Anos	Total			Urbana			Rural		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
2001	48.390.475	34.852.764	83.243.239	39.150.327	29.300.607	68.450.934	9.240.148	5.552.157	14.792.305
2002	50.019.379	36.897.969	86.917.348	40.652.232	31.121.662	71.773.894	9.367.147	5.776.307	15.143.454
2003	50.907.909	37.895.536	88.803.445	41.453.051	32.147.800	73.600.851	9.454.858	5.747.736	15.202.594
2004	52.832.703	40.027.425	92.860.128	42.270.231	33.471.556	75.741.787	10.562.472	6.555.869	17.118.341
2005	54.290.827	41.741.144	96.031.971	43.366.059	34.844.726	78.210.785	10.924.768	6.896.418	17.821.186

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2001 a 2005

Grande parte da PEA no Brasil é composta por homens, porém esse quadro vem sofrendo modificações de 2001 em diante. A tabela 5 demonstra que em 2005, 56,53% da PEA era masculina, enquanto 43,47% eram mulheres, esses números vêm sofrendo alterações desde 2001, pois os números eram de 58,1% e 41,87% respectivamente. O mesmo ocorre nos centros urbanizados e nas áreas rurais, sendo que os homens vêm perdendo espaço para as

mulheres, principalmente na área urbana, visto que em 2001 elas eram 42,81% da PEA, já em 2005 eram de 44,55% de mulheres em relação à PEA.

Tabela 5 - Participação % por gênero na população economicamente ativa e por situação domiciliar de 2001 a 2005.

Anos	Total			Urbana			Rural		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
2001	58,13%	41,87%	100,00%	57,19%	42,81%	100,00%	62,47%	37,53%	100,00%
2002	57,55%	42,45%	100,00%	56,64%	43,36%	100,00%	61,86%	38,14%	100,00%
2003	57,33%	42,67%	100,00%	56,32%	43,68%	100,00%	62,19%	37,81%	100,00%
2004	56,89%	43,11%	100,00%	55,81%	44,19%	100,00%	61,70%	38,30%	100,00%
2005	56,53%	43,47%	100,00%	55,45%	44,55%	100,00%	61,30%	38,70%	100,00%

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2001 a 2005.

Na tabela 6, demonstra-se como se comportou os níveis de crescimento da PEA. É visto que em termos percentuais, diferentemente dos termos absolutos, demonstrado na tabela 4, o crescimento da população rural foi maior, com as mulheres assumindo grande parte desse aumento, mostrando dessa forma, a questão da inserção feminina do mercado de trabalho brasileiro, apesar dos homens ainda serem a maioria. Isso é devido à busca pela igualdade de empregos e de salário, sendo um dos principais focos de políticas voltadas ao mercado de trabalho à inserção feminina. Enquanto a população do Brasil de 2001 a 2005 cresceu a taxa 8,86%, a PEA cresceu 15,36%, esse maior crescimento da PEA ocorreu em função da inserção das mulheres no mercado de trabalho, pois em termos relativos o crescimento da PEA feminina e quase o dobro da masculina na área urbana e na área rural também fica acima. Comparando com o crescimento total, o crescimento da população feminina é acima da média de 15,36%, enquanto o crescimento dos homens acima da média ocorre somente na área rural.

Tabela 6 - Variação % da população economicamente ativa por gênero e situação domiciliar de 2001 a 2005.

Anos	Total			Urbana			Rural		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
2001	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2002	103,37%	105,87%	104,41%	103,84%	106,22%	104,85%	101,37%	104,04%	102,37%
2003	105,20%	108,73%	106,68%	105,88%	109,72%	107,52%	102,32%	103,52%	102,77%
2004	109,18%	114,85%	111,55%	107,97%	114,24%	110,65%	114,31%	118,08%	115,72%
2005	112,19%	119,76%	115,36%	110,77%	118,92%	114,26%	118,23%	124,21%	120,48%

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2001 a 2005.

2.4. População ocupada

A população ocupada no Brasil vem sofrendo grandes transformações de seu perfil de inserção no mercado de trabalho. De acordo com tabela 7 há elevação na participação feminina na ocupação do mercado de trabalho, oposto a esse quadro ocorre queda na participação masculina. Em 2005 a população ocupada do Brasil era de 87.089.976, dos quais 57,91% eram homens e 42,09% eram mulheres. Esses números ano após ano vêm sofrendo transformações, visto a maior participação feminina do mercado de trabalho.

Tabela 7 - População ocupada por gênero, absoluto e participação relativa de 1992 a 2005.

Anos	Total				Total	%
	Homens	%	Mulheres	%		
1992	40.028.416	61,21%	25.367.075	38,79%	65.395.491	100%
1993	40.585.159	60,97%	25.984.598	39,03%	66.569.757	100%
1995	41.863.309	60,12%	27.765.299	39,88%	69.628.608	100%
1996	41.324.833	60,74%	26.715.373	39,26%	68.040.206	100%
1997	41.977.258	60,55%	27.354.249	39,45%	69.331.507	100%
1998	42.312.927	60,48%	27.650.186	39,52%	69.963.113	100%
1999	43.804.996	59,72%	29.540.535	40,28%	73.345.531	100%
2001	44.747.449	59,30%	30.710.723	40,70%	75.458.172	100%
2002	46.334.235	58,68%	36.897.969	41,32%	78.958.866	100%
2003	46.935.090	58,55%	37.895.536	41,45%	80.163.481	100%
2004	49.241.975	58,21%	40.027.425	41,79%	84.596.294	100%
2005	50.436.228	57,91%	41.741.144	42,09%	87.089.976	100%

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 1992 a 2005.

Tanto em termos absolutos, quanto em termos relativos, a população ocupada obteve índices que demonstraram crescimento, porém o crescimento da participação dos homens na ocupação no mercado de trabalho brasileiro foi abaixo da média. No ano de 2005 em relação a 1992, a população ocupada de forma geral teve um acréscimo de 33,17%, enquanto a população ocupada masculina obteve 26% de aumento, enquanto as mulheres inseriram-se em 64,55% em relação a 1992, mais uma vez se colocando como principal motor de mudança da sociedade.

Tabela 8 - Variação % em Relação ano base 1992 (100%) da população ocupada, por sexo de 1992 a 2005.

Anos	Total		
	Homens	Mulheres	Total
1992	100,00%	100,00%	100,00%
1993	101,39%	102,43%	101,80%
1995	104,58%	109,45%	106,47%
1996	103,24%	105,32%	104,04%
1997	104,87%	107,83%	106,02%
1998	105,71%	109,00%	106,98%
1999	109,43%	116,45%	112,16%
2001	111,79%	121,07%	115,39%
2002	115,75%	145,46%	120,74%
2003	117,25%	149,39%	122,58%
2004	123,02%	157,79%	129,36%
2005	126,00%	164,55%	133,17%

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 1992 a 2005.

Fazendo uma comparação entre a variação da PEA e da população ocupada, conforme dados das tabelas 6 e 8, o que se vislumbra é que enquanto a população ocupada aumentou de 2001 para 2005 em 15,41%, a PEA teve uma elevação de 15,36%, ficando dessa forma praticamente imperceptível qualquer diferença entre as duas variações. Agora na situação do gênero, a PEA feminina aumento quase 20% entre 2001 e 2005, enquanto a população ocupada feminina aumentou em 35,91%. Essas ocupações maiores serão mais bem estudadas quando for colocada a situação de anos de estudo, de idade e de rendimentos, para verificar de que forma foi inserido esse maior número de mulheres no mercado de trabalho, pois no capítulo 3 se tem as desigualdades salariais das mulheres, sua idade no mercado de trabalho e seus anos de estudo, procurando dessa forma colocar em evidência a situação das mulheres perante os homens no mercado de trabalho.

CAPÍTULO III

3. DESIGUALDADES SALARIAIS NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO: ênfoque no gênero

3.1 Apresentação

Existem diversas formas de exclusão social, historicamente as mais conhecidas pelos países são o subemprego, o desemprego, a precarização do trabalho e suas formas atípicas. Nos países que acontecem essa situação há uma tendência da sociedade se tornar apartada com a marginalização dos indivíduos que estão nesse processo de exclusão, pois uma pequena parte da sociedade não admite que pessoas que estão fora de um cenário de riquezas possam usufruir das mesmas coisas que as pessoas que possuam essas riquezas. Em Ramos (2007), o mercado de trabalho visto como uma espécie de mercado com imperfeições que há também em outros mercados, tal que o valor dos salários pode ter influências, porém não tem como exclusiva determinação sua oferta e demanda. Desta forma, diferente do mercado de produtos e de serviços, no mercado de trabalho o salário, que é o preço do produto trabalho, busca em outros pontos, as suas diferenças que ocorrem de indivíduo para indivíduo, de funções para funções, de regiões para regiões e de países para países. Há portanto questões variadas que influenciam os determinantes salariais, sendo a discriminação e o preconceito fatores determinantes inerentes às desigualdades de salários. Outras situações que influenciam os salários são a sua estrutura de funcionamento, que sofre influências culturais, institucionais e sociais; as questões macroeconômicas também fazem os salários oscilarem, e por último e já citado a oferta de força de trabalho, que é consequência de fatores tais como, a quantidade, a qualidade, a qualificação e a educação recebida.

A discriminação racial e de gênero já vem ocorrendo desde a época de escravidão no Brasil. Os negros apesar de participarem da sociedade, sofriam exploração da sua força de trabalho, eram escravos com os mínimos direitos. As mulheres eram submissas ao regime patriarcal, não tendo direitos a muitas coisas em relação ao que os homens tinham. Trabalhar era raro para elas, apenas cuidavam da casa e dos filhos, com raras exceções. O que fica

evidenciado no mercado de trabalho em relação à inserção e aos próprios salários de negros e mulheres é a participação menor de ambos. De acordo com Soares (2000, pág. 1),

Onde existe a diferença, existem indivíduos cujas vidas são prejudicadas por pertencerem a um ou outro grupo que foge a determinadas normas. Essas normas podem ser a cor da pele, a opção sexual, a religião, o sexo, a origem social ou quase qualquer outra marca que se impõe aos indivíduos. A discriminação existe em todos os continentes, em inúmeros países, em muitas línguas e em várias culturas. Trata-se de prática quase universal. Portanto, a resposta à pergunta: “existe discriminação na sociedade brasileira?” é um sim trivial.

Há discrepâncias gritantes que ocorrem de homens brancos para homens negros, mulheres brancas e mulheres negras, sendo as diferenças salariais imensas, e a inserção no mercado de trabalho ocorrendo de forma diferenciada. Estudos realizados pela PNAD demonstram a diferença salarial que ocorre entre os homens e mulheres, de raças brancas ou negras, colocando homens brancos no topo da pirâmide e mulheres negras na base.

3.2 Desigualdade por classes de rendimento

A tabela 9 divide a PEA entre homens e mulheres de acordo com cada camada de nível salarial, mostrando que a população masculina em sua maioria tem salários maiores do que as mulheres. Fica demonstrado através da variação percentual da população em termos de indivíduos participantes de cada classe que em classes de salários menores, ou seja, de meio salário mínimo até dois salários mínimo, as mulheres obtém seus maiores níveis de inserção, ocorrendo o mesmo com os homens, porém, nos maiores níveis salariais, de 5 a 20 salários mínimos. Outro dado importante é o aumento da desigualdade em relação à participação em cada classe no geral, enquanto a população que ganha até meio salário e de meio salário até um salário cresceu de 2001 a 2005 em 60,44% e 42,82%, bem acima do crescimento da população economicamente ativa, os níveis de homens e mulheres ganhando acima de dois salários mínimo diminuem, fica novamente evidenciado que a população economicamente ativa que está se incrementando se direciona para setores com níveis de emprego com baixa remuneração.

Tabela 9 – População de 10 anos ou mais de idade economicamente ativa por gênero e classe de rendimento de 2001 a 2005.

Classes de rendimento mensal	Gênero	Ano					Variação % 2001-2005
		2001	2002	2003	2004	2005	
Total	Total	83.243.239	86.917.348	88.803.445	92.860.128	96.031.971	15,36%
	Homens	48.390.475	50.019.379	50.907.909	52.832.703	54.290.827	12,19%
	Mulheres	34.852.764	36.897.969	37.895.536	40.027.425	41.741.144	19,76%
Até 1/2 salário mínimo	Total	5.611.521	7.335.412	8.209.149	8.155.330	9.003.264	60,44%
	Homens	2.515.863	3.132.501	3.505.398	3.117.297	3.550.600	41,13%
	Mulheres	3.095.658	4.202.911	4.703.751	5.038.033	5.452.664	76,14%
1/2 a 1 salário mínimo	Total	12.550.311	14.121.415	14.482.233	15.524.858	17.924.667	42,82%
	Homens	6.415.643	7.409.892	7.641.047	8.188.776	9.522.656	48,43%
	Mulheres	6.134.668	6.711.523	6.841.186	7.336.082	8.402.011	36,96%
1 a 2 salários mínimos	Total	20.418.022	21.805.934	22.039.678	25.519.698	26.405.404	29,32%
	Homens	11.953.148	12.805.471	12.802.983	14.622.197	15.522.420	29,86%
	Mulheres	8.464.874	9.000.463	9.236.695	10.897.501	10.882.984	28,57%
2 a 3 salários mínimos	Total	10.215.025	10.275.977	11.042.272	9.480.328	9.719.981	-4,85%
	Homens	6.716.425	6.822.631	7.278.205	6.204.663	6.425.051	-4,34%
	Mulheres	3.498.600	3.453.346	3.764.067	3.275.665	3.294.930	-5,82%
3 a 5 salários mínimos	Total	8.821.841	8.459.499	8.685.914	9.720.075	8.719.094	-1,16%
	Homens	6.092.302	5.750.032	5.929.412	6.643.627	5.842.427	-4,10%
	Mulheres	2.729.539	2.709.467	2.756.502	3.076.448	2.876.667	5,39%
5 a 10 salários mínimos	Total	6.491.756	6.293.402	5.562.603	6.132.486	5.760.135	-11,27%
	Homens	4.440.074	4.226.079	3.725.584	4.141.911	3.860.171	-13,06%
	Mulheres	2.051.682	2.067.323	1.837.019	1.990.575	1.899.964	-7,39%
10 a 20 salários mínimos	Total	2.972.787	2.623.439	2.580.866	2.620.226	2.223.043	-25,22%
	Homens	2.122.634	1.828.508	1.830.767	1.866.905	1.545.742	-27,18%
	Mulheres	850.153	794.931	750.099	753.321	677.301	-20,33%
20 salários mínimos	Total	1.358.975	1.295.079	1.187.901	952.398	888.067	-34,65%
	Homens	1.044.029	1.013.582	934.277	752.097	709.290	-32,06%
	Mulheres	314.946	281.497	253.624	200.301	178.777	-43,24%
Sem rendimento	Total	13.639.712	13.646.969	13.848.537	13.372.683	14.335.167	5,10%
	Homens	6.313.112	6.308.747	6.480.408	6.403.061	6.638.040	5,15%
	Mulheres	7.326.600	7.338.222	7.368.129	6.969.622	7.697.127	5,06%
Sem declaração	Total	1.163.289	1.060.222	1.164.292	1.382.046	1.053.149	-9,47%
	Homens	777.245	721.936	779.828	892.169	674.430	-13,23%
	Mulheres	386.044	338.286	384.464	489.877	378.719	-1,90%

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2001 a 2005.

A tabela 9 chama a atenção para a camada que tem rendimentos de até meio salário mínimo, pois as mulheres tiveram sua participação elevada em 76,14% em 5 anos, foram 2.357.006 mulheres a mais nessa camada que tem salários irrisórios.

A participação de homens e mulheres nas classes salariais ocorre de forma diferenciada, pois enquanto as mulheres são as maiorias em termos percentuais na população que ganha até meio salário mínimo, os homens nos outros níveis salariais têm participação

maior, elevando-se a cada aumento do nível salarial. De acordo com a tabela 10, que expressa a participação de homens e mulheres na população economicamente ativa em classes salariais, nos níveis mais baixos de salários, em torno de 60% são mulheres, no outro lado, nos salários mais altos em torno de 80% são homens.

No geral o aumento da PEA ocasionou aumento tanto de homens quanto de mulheres, porém na participação de 2005 em relação a 2001 das mulheres vem aumentando em detrimento da dos homens. Alguns casos específicos podem ser elucidados com a tabela 10, nas duas camadas opostas há participações contrastantes, pois as mulheres são 60,56% da PEA que ganha até meio salário mínimo, enquanto os homens são 79,87% da PEA que ganha mais de 20 salários mínimo.

Tabela 10 – População de 10 anos ou mais de idade economicamente ativa por % de gênero em classe de rendimento de 2001 a 2005.

Classes de rendimento mensal	Gênero	Ano				
		2001	2002	2003	2004	2005
Total	Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Homens	58,13%	57,55%	57,33%	56,89%	56,53%
	Mulheres	41,87%	42,45%	42,67%	43,11%	43,47%
Até 1/2 salário mínimo	Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Homens	44,83%	42,70%	42,70%	38,22%	39,44%
	Mulheres	55,17%	57,30%	57,30%	61,78%	60,56%
1/2 a 1 salário mínimo	Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Homens	51,12%	52,47%	52,76%	52,75%	53,13%
	Mulheres	48,88%	47,53%	47,24%	47,25%	46,87%
1 a 2 salários mínimos	Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Homens	58,54%	58,72%	58,09%	57,30%	58,79%
	Mulheres	41,46%	41,28%	41,91%	42,70%	41,21%
2 a 3 salários mínimos	Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Homens	65,75%	66,39%	65,91%	65,45%	66,10%
	Mulheres	34,25%	33,61%	34,09%	34,55%	33,90%
3 a 5 salários mínimos	Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Homens	69,06%	67,97%	68,26%	68,35%	67,01%
	Mulheres	30,94%	32,03%	31,74%	31,65%	32,99%
5 a 10 salários mínimos	Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Homens	68,40%	67,15%	66,98%	67,54%	67,02%
	Mulheres	31,60%	32,85%	33,02%	32,46%	32,98%
10 a 20 salários mínimos	Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Homens	71,40%	69,70%	70,94%	71,25%	69,53%
	Mulheres	28,60%	30,30%	29,06%	28,75%	30,47%
Mais de 20 salários mínimos	Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Homens	76,82%	78,26%	78,65%	78,97%	79,87%
	Mulheres	23,18%	21,74%	21,35%	21,03%	20,13%
Sem rendimento	Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Homens	46,28%	46,23%	46,79%	47,88%	46,31%
	Mulheres	53,72%	53,77%	53,21%	52,12%	53,69%
Sem declaração	Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Homens	66,81%	68,09%	66,98%	64,55%	64,04%
	Mulheres	33,19%	31,91%	33,02%	35,45%	35,96%

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2001 a 2005.

A tabela 11 demonstra que 27,50% da população brasileira têm rendimentos entre um e dois salários mínimo, havendo uma inserção de 29,32% de empregados nesse nível salarial, ou seja, quase o dobro do aumento da PEA que foi de 15,36%, conforme dados da tabela 6. Duas são as constatações, a primeira que grande parte da população que inicia sua busca por

empregos está se inserindo em mercados de pouca exigência e com baixa remuneração, a outra é que as mulheres vêm se inserindo nesse contexto com maior força, em busca de autonomia, ou então em busca de ajuda financeira para composição de rendimento no lar.

Outro dado importante da tabela 11 é em relação à população economicamente ativa sem rendimentos, pois há elevação em termos absolutos, contudo abaixo do crescimento da PEA, colocando então a sua participação em termos percentual com queda nas classes de rendimento.

Tabela 11 – População de 10 anos ou mais de idade economicamente ativa por % de participação da classe de rendimento no total de 2001 a 2005.

Classes de rendimento mensal	Ano				
	2001	2002	2003	2004	2005
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Até 1/2 salário mínimo	6,74%	8,44%	9,24%	8,78%	9,38%
1/2 a 1 salário mínimo	15,08%	16,25%	16,31%	16,72%	18,67%
1 a 2 salários mínimos	24,53%	25,09%	24,82%	27,48%	27,50%
2 a 3 salários mínimos	12,27%	11,82%	12,43%	10,21%	10,12%
3 a 5 salários mínimos	10,60%	9,73%	9,78%	10,47%	9,08%
5 a 10 salários mínimos	7,80%	7,24%	6,26%	6,60%	6,00%
10 a 20 salários mínimos	3,57%	3,02%	2,91%	2,82%	2,31%
Mais de 20 salários mínimos	1,63%	1,49%	1,34%	1,03%	0,92%
Sem rendimento	16,39%	15,70%	15,59%	14,40%	14,93%
Sem declaração	1,40%	1,22%	1,31%	1,49%	1,10%

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2001 a 2005.

Os rendimentos entre os homens e as mulheres são claramente diferentes, pois os homens ganham mais do que as mulheres, porém essa desigualdade vem diminuindo, as mulheres vêm ganhando participação cada vez maior no mercado de trabalho e com melhores rendimentos, apesar de ainda uma grande parte dessa população feminina estar subjugada e colocada em funções inadequadas.

Tabela 12 - Rendimento médio em R\$ da população ocupada por gênero em regiões metropolitanas - 1998 - 2005

Ano	Rendimentos por gênero em R\$		Total em R\$	Diferença Absoluta em R\$	Rendimento das mulheres em relação aos homens em %
	Homens	Mulheres			
2001	612,00	390,00	525,00	228,00	63,10%
2002	662,00	420,00	561,00	242,00	63,44%
2003	722,00	456,00	612,00	266,00	63,15%
2004	764,00	485,00	647,00	279,00	63,48%
2005	832,00	537,00	708,00	295,00	64,54%
Variação de Rendimentos	34,62%	37,69%	34,85%	29,38%	2,20%

Fonte: Dieese/Seade - Pesquisa de Emprego e Desemprego

A tabela 12, conforme foi colocada demonstra que apesar de haver diferenças de rendimentos entre homens e mulheres, há certamente uma diminuição, pois em 2005 as mulheres recebiam 64,54% dos que os homens recebiam, sendo R\$ 537,00 as mulheres e R\$ 832,00 os homens, em termos relativos essa situação era de 63,10% em 2001. A melhora foi pequena, mas ao menos as elevações das diferenças salariais não ocorreram, permanecendo de forma equitativa em relação a crescimento nesse período de estudo, ao menos no que diz respeito a essa tabela, sendo que nesses cinco anos, enquanto o aumento de rendimento dos homens foi de 34,62%, o das mulheres foi de 37,69%. Porém esse aumento nos rendimentos das mulheres não foi suficiente para fazer com que a diferença absoluta diminuísse, pois a diferença passou de R\$ 228,00 em 2001 para R\$ 295,00 em 2005.

No mundo, de acordo com Moraes (2005), as mulheres têm a participação de 2/3 em todos os empregos que existem no mundo, recebendo 1/3 de todo o salário mundial, ficando no fim com somente 1/10 da renda do mundo, tem 1/100 das propriedades e dos 1,3 bilhões de miseráveis que existem no planeta 70% são mulheres. No Brasil as mulheres recebem metade do salário dos homens e as mulheres negras ainda menos, recebem a metade dos das mulheres brancas, porém essa diferença vem diminuindo, demonstrando o quanto a sociedade está preocupada em melhorar essa situação. As mulheres no Brasil se inserem no mercado de trabalho em empregos de baixa remuneração, com exceção de alguns casos, sendo essa inserção em empregos de maiores remuneração ocorrida quando há uma escolaridade acima da média, apesar de ser inverso a essa situação, os maiores salário são dos homens, sendo as mulheres que possuem os melhores níveis de educação, nível esse que vem em uma grande ascensão desde 2001.

3.3 Desigualdade por classes de anos de estudo

A desigualdade por anos de estudo está dividida em seis camadas, e mais uma que são os sem declaração. A divisão entre homens e mulheres demonstra que até 10 anos de estudo a maior proporção de PEA é masculina, enquanto a partir dos 11 anos de estudo essa proporção se equipara.

Tabela 13 - População economicamente ativa por gênero e anos de estudo de 2001 a 2005.

Classes de rendimento mensal	Gênero	Ano					Variação % 2001-2005
		2001	2002	2003	2004	2005	
Total	Total	83.243.239	86.917.348	88.803.445	92.860.128	96.031.971	15,36%
	Homens	48.390.475	50.019.379	50.907.909	52.832.703	54.290.827	12,19%
	Mulheres	34.852.764	36.897.969	37.895.536	40.027.425	41.741.144	19,76%
Sem instrução e menos de 1 ano	Total	9.208.412	8.853.738	8.668.019	8.862.656	8.675.126	-5,79%
	Homens	5.992.562	5.719.517	5.612.144	5.710.774	5.493.772	-8,32%
	Mulheres	3.215.850	3.134.221	3.055.875	3.151.882	3.181.354	-1,07%
1 a 3 anos	Total	11.231.904	11.153.458	10.574.178	10.703.087	10.713.684	-4,61%
	Homens	7.159.928	7.064.992	6.688.956	6.741.920	6.774.400	-5,38%
	Mulheres	4.071.976	4.088.466	3.885.222	3.961.167	3.939.284	-3,26%
4 a 7 anos	Total	24.585.547	25.266.588	24.920.366	25.320.156	25.686.965	4,48%
	Homens	15.130.043	15.403.268	15.219.235	15.395.627	15.537.423	2,69%
	Mulheres	9.455.504	9.863.320	9.701.131	9.924.529	10.149.542	7,34%
8 a 10 anos	Total	14.044.800	14.631.193	15.530.823	16.380.469	16.727.927	19,10%
	Homens	8.138.098	8.460.244	8.995.502	9.393.141	9.582.044	17,74%
	Mulheres	5.906.702	6.170.949	6.535.321	6.987.328	7.145.883	20,98%
11 a 14 anos	Total	18.223.566	20.540.685	22.313.204	24.383.876	26.596.991	45,95%
	Homens	9.079.050	10.252.079	11.165.310	12.211.127	13.381.326	47,39%
	Mulheres	9.144.516	10.288.606	11.147.894	12.172.749	13.215.665	44,52%
15 ou mais anos	Total	5.574.124	6.086.492	6.484.030	6.912.804	7.337.340	31,63%
	Homens	2.686.012	2.916.152	3.070.400	3.214.855	3.372.192	25,55%
	Mulheres	2.888.112	3.170.340	3.413.630	3.697.949	3.965.148	37,29%
Não determinados e sem declaração	Total	374.886	385.194	312.825	297.080	293.938	-21,59%
	Homens	204.782	203.127	156.362	165.259	149.670	-26,91%
	Mulheres	170.104	182.067	156.463	131.821	144.268	-15,19%

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2001 a 2005

Dados da tabela 13, 14 e 15, demonstram a separação da população economicamente ativa, em relação ao gênero e aos anos de estudo. O perfil dos indivíduos que estavam inseridos no contexto do trabalho é de predominância masculina, como já havia sido diagnosticado no capítulo II, porém como é colocado na tabela 15, 27,70% da PEA, tem entre

11 a 14 anos de estudos, dos quais gira em torno de 50%, tanto para homens quanto para mulheres essa participação, conforme dados da tabela 14. Também é nesse nível de estudos que mais ocorre elevação do índice de variação entre 2001 e 2005, com 45,95% conforme tabela 13, ou seja, grande parte da população que se torna economicamente ativa, tem de 11 a 14 anos de estudo.

Tabela 14 - População economicamente ativa por % de gênero em classe de anos de estudo de 2001 a 2005.

Classes de rendimento mensal	Gênero	Ano				
		2001	2002	2003	2004	2005
Total	Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Homens	58,13%	57,55%	57,33%	56,89%	56,53%
	Mulheres	41,87%	42,45%	42,67%	43,11%	43,47%
Sem instrução e menos de 1 ano	Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Homens	65,08%	64,60%	64,75%	64,44%	63,33%
	Mulheres	34,92%	35,40%	35,25%	35,56%	36,67%
1 a 3 anos	Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Homens	63,75%	63,34%	63,26%	62,99%	63,23%
	Mulheres	36,25%	36,66%	36,74%	37,01%	36,77%
4 a 7 anos	Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Homens	61,54%	60,96%	61,07%	60,80%	60,49%
	Mulheres	38,46%	39,04%	38,93%	39,20%	39,51%
8 a 10 anos	Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Homens	57,94%	57,82%	57,92%	57,34%	57,28%
	Mulheres	42,06%	42,18%	42,08%	42,66%	42,72%
11 a 14 anos	Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Homens	49,82%	49,91%	50,04%	50,08%	50,31%
	Mulheres	50,18%	50,09%	49,96%	49,92%	49,69%
15 ou mais anos	Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Homens	48,19%	47,91%	47,35%	46,51%	45,96%
	Mulheres	51,81%	52,09%	52,65%	53,49%	54,04%
Não determinados e sem declaração	Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Homens	54,63%	52,73%	49,98%	55,63%	50,92%
	Mulheres	45,37%	47,27%	50,02%	44,37%	49,08%

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2001 a 2005.

Outro ponto que chama a atenção diz respeito à diminuição dos trabalhadores sem instrução até os com 3 anos de estudo, situação ocasionada por políticas sociais advindas de épocas anteriores, desde a implantação do Plano Real, com políticas sociais voltadas a educação, inserindo no mundo do trabalho pessoas que antes não tinham condições ou então

indivíduos com grau de escolaridade baixo, tendo novas oportunidades em novos empregos ou então melhores rendimentos em função dessa nova face da educação no Brasil.

A participação dos trabalhadores sem instrução com menos de um ano de estudo era em 2001 de 11,06%, passou em 2005 para 9,03%, e os trabalhadores que tem de um a três anos de estudo passou de 13,49% para 11,16%.

Tabela 15 - Participação por % de anos de estudo na população economicamente ativa de 2001 a 2005.

Classes de rendimento mensal	Ano				
	2001	2002	2003	2004	2005
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sem instrução e menos de 1 ano	11,06%	10,19%	9,76%	9,54%	9,03%
1 a 3 anos	13,49%	12,83%	11,91%	11,53%	11,16%
4 a 7 anos	29,53%	29,07%	28,06%	27,27%	26,75%
8 a 10 anos	16,87%	16,83%	17,49%	17,64%	17,42%
11 a 14 anos	21,89%	23,63%	25,13%	26,26%	27,70%
15 anos ou mais	6,70%	7,00%	7,30%	7,44%	7,64%
Não determinados e sem declaração	0,45%	0,44%	0,35%	0,32%	0,31%

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2001 a 2005.

Na tabela 15 se vê que em 2001 a população brasileira tinha predominância no mercado de trabalho de indivíduos com até o 1º grau completo, porém em cinco anos essa situação foi modificada, trazendo a população para um nível de escolaridade de nível superior à custa da diminuição principalmente da população sem instrução ou com escolaridade de nível primário.

3.4 Desigualdade de rendimentos por faixa etária

A PEA no Brasil ainda pode ser discutida em vários pontos, tal como a faixa etária em que se encontram as mulheres e os homens. Esse estudo foi dividido em oito classes de idades. Conforme dados da tabela 16 a faixa etária que mais absorve mão de obra é a entre 30 e 39 anos com pouco mais de 22 milhões de trabalhadores dos quais 12 milhões são homens e 10 milhões são mulheres. Os trabalhadores acima de 50 anos são 16,6 milhões, sendo demonstrada a necessidade de emprego por parte das pessoas com mais idade, por motivos

diferentes, dos quais a maior expectativa de vida e os baixos salários para aposentados que são fornecidos no Brasil.

Em relação à participação dos homens e das mulheres no total separado pela faixa etária o que nota-se é uma situação em que os homens são maiorias em todas as faixas, porém entre 10 e 14 anos e com mais de 60 anos observa-se a maior incidência dos homens, já acima nos 14 até os 50 anos continua sendo maior o número de homens, porém a cada faixa etária essa diferença diminui chegando ao patamar de 56% para homens de 30 a 39 anos e 44% para as mulheres, conforme dados da tabela 17.

Tabela 16 - População economicamente ativa por gênero e idade de 2001 a 2005.

Classes de Idade	Gênero	Ano					Variação % 2001-2005
		2001	2002	2003	2004	2005	
Total	Total	83.243.239	86.917.348	88.803.445	92.860.128	96.031.971	15,36%
	Homem	48.390.475	50.019.379	50.907.909	52.832.703	54.290.827	12,19%
	Mulher	34.852.764	36.897.969	37.895.536	40.027.425	41.741.144	19,76%
10 a 14 anos	Total	2.141.721	2.117.326	1.892.131	1.894.605	2.067.994	-3,44%
	Homem	1.416.588	1.398.005	1.270.347	1.271.502	1.372.007	-3,15%
	Mulher	725.133	719.321	621.784	623.103	695.987	-4,02%
15 a 19 anos	Total	8.672.403	8.747.424	8.582.184	9.002.305	9.201.674	6,10%
	Homem	5.185.607	5.187.342	5.146.453	5.346.294	5.417.200	4,47%
	Mulher	3.486.796	3.560.082	3.435.731	3.656.011	3.784.474	8,54%
20 a 24 anos	Total	11.888.754	12.548.322	12.906.930	13.251.769	13.697.261	15,21%
	Homem	6.800.149	7.179.253	7.358.820	7.441.583	7.747.008	13,92%
	Mulher	5.088.605	5.369.069	5.548.110	5.810.186	5.950.253	16,93%
25 a 29 anos	Total	10.820.287	11.232.164	11.622.531	12.189.483	12.855.399	18,81%
	Homem	6.204.579	6.300.786	6.535.102	6.799.733	7.089.668	14,27%
	Mulher	4.615.708	4.931.378	5.087.429	5.389.750	5.765.731	24,92%
30 a 39 anos	Total	20.567.359	21.211.768	21.504.156	22.394.452	22.707.092	10,40%
	Homem	11.587.802	11.815.095	11.947.826	12.241.671	12.368.503	6,74%
	Mulher	8.979.557	9.396.673	9.556.330	10.152.781	10.338.589	15,13%
40 a 49 anos	Total	15.759.768	16.776.072	17.295.359	18.410.302	18.809.780	19,35%
	Homem	8.913.104	9.351.978	9.542.060	10.215.761	10.355.811	16,19%
	Mulher	6.846.664	7.424.094	7.753.299	8.194.541	8.453.969	23,48%
50 a 59 anos	Total	8.627.039	9.225.824	9.692.280	10.324.741	11.020.456	27,74%
	Homem	5.164.988	5.513.391	5.659.281	6.020.585	6.363.103	23,20%
	Mulher	3.462.051	3.712.433	4.032.999	4.304.156	4.657.353	34,53%
60 anos ou mais	Total	4.757.614	5.046.872	5.289.533	5.388.592	5.628.282	18,30%
	Homem	3.113.424	3.265.749	3.436.622	3.494.165	3.550.891	14,05%
	Mulher	1.644.190	1.781.123	1.852.911	1.894.427	2.077.391	26,35%
Idade ignorada	Total	8.294	11.576	18.341	3.879	44.033	430,90%
	Homem	4.234	7.780	11.398	1.409	26.636	529,10%
	Mulher	4.060	3.796	6.943	2.470	17.397	328,50%

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2001 a 2005.

Fica então visto que os homens iniciam mais cedo o trabalho e finalizam mais tarde, enquanto as mulheres estão conquistando um espaço diferenciado, sendo que se excetuando as mulheres que são domésticas, parecem claro que o intuito de melhores estudos, faz com que as mulheres tenham menos interesse em participar tão cedo do mercado de trabalho, já os homens, tendem a estudar juntamente com os o exercício do trabalho. Porém isso ainda não é suficiente para a equiparação de renda entre os homens e as mulheres no Brasil. O que fica entendido é que a inserção mais tardia das mulheres no mercado de trabalho é devido a sua melhor escolaridade, sendo que ficam mais tempo das escolas e universidades, melhorando gradualmente sua participação em relação aos rendimentos.

Tabela 17 - População economicamente ativa por % de gênero e idade de 2001 a 2005.

Classes de rendimento mensal	Gênero	Ano				
		2001	2002	2003	2004	2005
Total	Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Homem	58,13%	57,55%	57,33%	56,89%	56,53%
	Mulher	41,87%	42,45%	42,67%	43,11%	43,47%
10 a 14 anos	Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Homem	66,14%	66,03%	67,14%	67,11%	66,34%
	Mulher	33,86%	33,97%	32,86%	32,89%	33,66%
15 a 19 anos	Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Homem	59,79%	59,30%	59,97%	59,39%	58,87%
	Mulher	40,21%	40,70%	40,03%	40,61%	41,13%
20 a 24 anos	Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Homem	57,20%	57,21%	57,01%	56,16%	56,56%
	Mulher	42,80%	42,79%	42,99%	43,84%	43,44%
25 a 29 anos	Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Homem	57,34%	56,10%	56,23%	55,78%	55,15%
	Mulher	42,66%	43,90%	43,77%	44,22%	44,85%
30 a 39 anos	Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Homem	56,34%	55,70%	55,56%	54,66%	54,47%
	Mulher	43,66%	44,30%	44,44%	45,34%	45,53%
40 a 49 anos	Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Homem	56,56%	55,75%	55,17%	55,49%	55,06%
	Mulher	43,44%	44,25%	44,83%	44,51%	44,94%
50 a 59 anos	Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Homem	59,87%	59,76%	58,39%	58,31%	57,74%
	Mulher	40,13%	40,24%	41,61%	41,69%	42,26%
60 anos ou mais de 60 anos	Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Homem	65,44%	64,71%	64,97%	64,84%	63,09%
	Mulher	34,56%	35,29%	35,03%	35,16%	36,91%
Idade ignorada	Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Homem	51,05%	67,21%	62,14%	36,32%	60,49%
	Mulher	48,95%	32,79%	37,86%	63,68%	39,51%

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2001 a 2005.

As tabelas 17 e 18 situam a população com faixa etária entre 30 e 39 anos masculina com os maiores índices de participação no geral da população economicamente ativa, porém desde 2001 até 2005 em termos de relatividade com o geral, a participação vem diminuindo, apesar de obter crescimento em termos absoluto, isto porque está abaixo da média de crescimento da população economicamente ativa. Não há grandes modificações nesses 5 anos de estudo, o que há é que não há elevação do número de crianças entre 10 e 14 anos no mercado de trabalho, se houver, são trabalhos informais que ocorrem principalmente em áreas rurais, áreas de difícil acesso de fiscalização. Planos implantados, gerando renda para que as

crianças que vão à escola, têm muito a ver com essa situação, pois ao menos estimula em primeiro lugar o estudo e por conseguinte a não necessidade de trabalho para ganhar talvez menos do que os planos governamentais dispõem a essas famílias.

Tabela 18 - Participação por % de gênero e idade na população economicamente ativa de 2001 a 2005.

Classes de rendimento mensal	Ano				
	2001	2002	2003	2004	2005
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
10 a 14 anos	2,57%	2,44%	2,13%	2,04%	2,15%
15 a 19 anos	10,42%	10,06%	9,66%	9,69%	9,58%
20 a 24 anos	14,28%	14,44%	14,53%	14,27%	14,26%
25 a 29 anos	13,00%	12,92%	13,09%	13,13%	13,39%
30 a 39 anos	24,71%	24,40%	24,22%	24,12%	23,65%
40 a 49 anos	18,93%	19,30%	19,48%	19,83%	19,59%
50 a 59 anos	10,36%	10,61%	10,91%	11,12%	11,48%
60 anos ou mais	5,72%	5,81%	5,96%	5,80%	5,86%
Idade ignorada	0,01%	0,01%	0,02%	0,00%	0,05%

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2001 a 2005.

A dicotomia salarial entre pessoas é uma resultante de um processo que tem três etapas: qualificação, inserção e rendimento, sendo na primeira etapa as pessoas se qualificam para o trabalho através do estudo; após, tentam se inserir em bons empregos; e por último tentam ganhar bons salários, de acordo com suas qualificações e o tipo de inserção que obteve no mercado.

Pesquisas de IBGE de 2006 demonstram que a responsabilidade familiar da mulher também aumentou. Cerca de 30% das que trabalham são responsáveis pelo domicílio. Dentre elas 50% moram sozinhas com os filhos e sem o cônjuge. O crescimento da participação feminina está ligado às transformações na estrutura das ocupações, à melhoria da educação das mulheres e aos salários mais baixos. O encolhimento da indústria e a explosão do comércio e serviços instigaram uma ampliação de profissões que se adaptaram à capacitação das mulheres, tais como as atividades de escritório, educação, saúde, hotelaria e restaurantes, comércio por conta própria, serviços pessoais, informática, comunicações, bancos, seguros, artesanato, esportes, recreação e trabalho doméstico. Além disso o mundo empresarial expandiu atividades que contêm valores bem cultivados pelas mulheres: projetos sociais, arte, cultura e humanização do trabalho. Ao lado dessas transformações, a mulher ganhou precisão e eficiência no trabalho. Em média o seu nível educacional é 37% mais alto do que o dos

homens. Muitas profissões que eram tipicamente masculinas são dominadas por mulheres, como é o caso dos médicos, advogados, dentistas, arquitetos, juízes, jornalistas, servidores públicos e de outras dos campos técnicos e universitários. A mulher tem respondido às exigências crescentes do mercado de trabalho em quase todos os níveis. Ainda a mesma pesquisa do IBGE de 2006 demonstra que em 2002, apenas 9,3% das empregadas domésticas tinham curso médio ou mais com a proporção saltou para 14,2% em 2006. Pode-se dizer que isso reflete a falta de empregos para as moças mais educadas, o que não está descartado. Mas o incremento na remuneração dessas empregadas indica que as famílias demandam pessoas com mais preparação para cuidar da casa e das crianças. Quanto à renda, para as mesmas profissões e níveis educacionais, as mulheres ganham cerca de 30% a menos do que os homens. Esse hiato já foi maior no passado e ano a ano, vem diminuindo, da mesma maneira que o acesso das mulheres às posições de chefia, gerência e diretoria vêm aumentando.

Há desigualdades de rendimentos entre as mulheres e os homens, sendo demonstrado nas tabelas anteriores, porém através da análise das tabelas de idade e de anos de estudo, foi diagnosticado que não há motivo para essa disparidade salarial, ficando dessa forma demonstrado certo grau de preconceito em relação às mulheres. O preconceito sofrido pelas mulheres também é sofrido por negros e pardos no mercado de trabalho do Brasil, sendo que o capítulo 4 vai demonstrar com tabelas e análises essa situação.

CAPÍTULO IV

4. DESIGUALDADES SALARIAIS NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO: ênfoque na raça

4.1. Apresentação

Pesquisas realizadas nos últimos anos demonstram uma realidade nada animadora no mercado de trabalho brasileiro para os negros, comparando com a realidade da população branca, diversos aspectos provocam discussões e trazem a tona problemas discriminatórios em relação aos empregos. De acordo com conteúdo do artigo 5º da Constituição Federal do Brasil, não pode haver qualquer tipo de discriminação em locais de trabalho, deixando claro que os negros têm direito a igualdade perante a sociedade em um todo. Porém não é isso que está acontecendo, pois o mercado de trabalho no Brasil vislumbra além da desigualdade de gênero a desigualdade racial, que se mostra em diversas faces, tais como, acesso ao emprego, empregos com baixa remuneração e dicotomias salariais de brancos e negros nas mesmas ocupações. Um dos fatores determinantes ao acesso aos empregos é a forma em que a população negra é escolarizada, desde jovens os negros já têm dificuldades para ir a escolas, pois em muitos casos têm a responsabilidade de sustento em casa e em outras situações não possuem condições financeiras para freqüentarem as escolas. A escolaridade é determinante também nas desigualdades salariais entre brancos e negros em ocupações de postos de trabalhos iguais, sendo que os brancos têm maior remuneração que os negros.

Ainda em situação mais precária encontram-se as mulheres negras que sofrem dupla discriminação, pois além de serem mulheres são negras. Essa discriminação é algo que não poderia existir, visto que de acordo com o suplemento nacional do relatório emitido em 2007 pela Organização Internacional do Trabalho, cerca de 70% da população brasileira ocupada é mulher ou então é da raça negra, então não é um problema de uma minoria, mas sim um problema que afeta grande parte da população brasileira. Apesar da situação das mulheres negras no país ter melhorado nos últimos anos, ainda é visível sua participação baixa em relação à taxa de ocupação, de desemprego e rentabilidade.

Em reportagem feita pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em janeiro de 2007, através de dados coletados na PNAD, de 1976 a 2005, constatou-se que houve pequena variação de rendimentos nas populações negras e pardas, sendo que a população foi segmentada em 20 estratos de renda, sendo divididos a cada 5%, e nesse termo havia pouca mobilidade social dos negros através dos estratos, outro ponto que chama a atenção é que quanto menor é o estrato de rendimento maior é a população negra, evidenciando que os rendimentos dos negros são mais baixo do que o dos brancos. Para Osório (2007), autor do estudo,

“A posição socioeconômica dos negros tem permanecido notavelmente estável e previsível em um longo período de tempo”. Se a raça não tivesse permanecido de fato um importante determinante da posição socioeconômica, era de se esperar que os não-brancos tivessem, enquanto grupo, uma mobilidade ascendente maior, mesmo que vagarosamente, nos últimos 30 anos

Visto assim, a posição dos negros no mercado de trabalho brasileiro está em discussão, porém os efeitos positivos não estão sendo os esperados, contudo verifica-se um universo de procedimentos em prol da melhoria da posição dos negros em termos de empregabilidades, de rendimentos e de menor discriminação. A previsão de Osório (2007) é pessimista, pois ele vislumbra que haverá poucas modificações em relação a esse cenário de estagnação da mobilidade social.

4.2. Aspectos populacionais

A população brasileira cresceu nos últimos cinco anos em termos relativos, cerca de 9% e desde 1991 em relação a 2005, cerca de 26%, já a população negra teve elevação de 9,43% desde 1991 e 57,76% desde 2001 até 2005. Já os pardos tiveram elevação de 21,82% de 2001 a 2005 e 27,69% de 1991 a 2005, e por ultimo os brancos tiveram aumento da população residente de 2001 a 2005 de 0,7% e desde 1991 a 2005 de 21,54%. Evidencia-se um maior incremento da população negra em termo relativos desde 1991 e igual elevação em termos de habitantes nas populações pardas e brancas.

Tabela 19 - População Residente, por gênero e cor - 1991-2005.

Cor	Gênero	Ano						
		1991	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Total	Homens	72.478.159	83.602.317	82.456.030	84.560.237	85.843.845	88.673.733	89.851.635
	Mulheres	74.337.634	86.270.539	86.913.527	88.831.146	90.143.767	93.386.375	94.536.985
	Total	146.815.793	169.872.856	169.369.557	173.391.383	175.987.612	182.060.108	184.388.620
Branco	Homens	36.526.138	43.818.985	43.151.613	44.140.390	43.684.939	44.612.172	43.921.639
	Mulheres	39.178.792	47.479.057	47.246.668	48.308.675	47.943.945	48.992.263	48.092.715
	Total	75.704.930	91.298.042	90.398.281	92.449.065	91.628.884	93.604.435	92.014.354
Negro	Homens	3.744.323	5.486.337	4.832.390	4.898.201	5.221.722	5.346.217	5.793.578
	Mulheres	3.590.809	5.068.000	4.720.758	4.812.815	5.177.350	5.393.492	5.756.505
	Total	7.335.132	10.554.337	9.553.148	9.711.016	10.399.072	10.739.709	11.550.083
Pardo	Homens	31.482.749	32.957.867	33.962.097	35.018.181	36.415.902	38.225.022	39.551.220
	Mulheres	30.833.318	32.360.225	34.431.333	35.135.538	36.433.760	38.410.219	40.025.184
	Total	62.316.067	65.318.092	68.393.430	70.153.719	72.849.662	76.635.241	79.576.404
Outros	Homens	724.949	1.339.128	509.930	503.465	521.282	490.322	585.198
	Mulheres	734.715	1.363.258	514.768	574.118	588.712	590.401	662.581
	Total	1.459.664	2.702.386	1.024.698	1.077.583	1.109.994	1.080.723	1.247.779

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2001 a 2005 e Censos 1991 e 2000.

As tabelas que seguem 20 e 21 demonstram a participação de cada segmento de cor no total da população residente no Brasil. Em 1991 51,56% da população eram branca e 47,45% eram negros ou pardos, já em 2000 esses percentuais passaram para 53,74% e 44,66% respectivamente, mostrando que nessa década o aumento da população deveu-se principalmente ao aumento de brancos, porém foram os pardos que perderam indivíduos na contagem, pois houve aumento percentual do número de negros, com participação em 1991 e 5%, elevada para 6,21%.

Em relação à participação de homens e mulheres em cada estrato de cor, somente na cor negra os homens são a maioria em número de habitantes. O tempo vem demonstrando modificações, o número de mulheres vem aumentando em todos os estratos, passando a ser maior nas cores branca, que já era maior em 1991, e nos pardos e outras cores.

Tabela 20 - Participação % da população residente por gênero e cor na população residente total por cor, de 1991-2005.

Cor	Gênero	Ano						
		1991	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Total	Homens	49,37%	49,21%	48,68%	48,77%	48,78%	48,71%	48,73%
	Mulheres	50,63%	50,79%	51,32%	51,23%	51,22%	51,29%	51,27%
	Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Branços	Homens	48,25%	48,00%	47,73%	47,75%	47,68%	47,66%	47,73%
	Mulheres	51,75%	52,00%	52,27%	52,25%	52,32%	52,34%	52,27%
	Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Negros	Homens	51,05%	51,98%	50,58%	50,44%	50,21%	49,78%	50,16%
	Mulheres	48,95%	48,02%	49,42%	49,56%	49,79%	50,22%	49,84%
	Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Pardos	Homens	50,52%	50,46%	49,66%	49,92%	49,99%	49,88%	49,70%
	Mulheres	49,48%	49,54%	50,34%	50,08%	50,01%	50,12%	50,30%
	Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Outros	Homens	49,67%	49,55%	49,76%	46,72%	46,96%	45,37%	46,90%
	Mulheres	50,33%	50,45%	50,24%	53,28%	53,04%	54,63%	53,10%
	Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2001 a 2005 e Censos 1991 e 2000.

A população brasileira é composta por brancos em sua maioria, são 49,90% da população total. A população feminina branca tem a participação de 26,08%, dessa forma pouco mais de 1/4 dos brasileiros são mulheres brancas, o outro 1/4 são também mulheres, porém negras ou pardas, sendo esse quarto a parte com maiores problemas de preconceito no mercado de trabalho. Pois são esses 25% de população feminina que tem os piores rendimentos no mercado de trabalho brasileiro.

Tabela 21 - Participação % da população residente por gênero e cor na população residente total, de 1991 - 2005.

Cor	Gênero	Ano						
		1991	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Total	Homens	49,37%	49,21%	48,68%	48,77%	48,78%	48,71%	48,73%
	Mulheres	50,63%	50,79%	51,32%	51,23%	51,22%	51,29%	51,27%
	Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Branco	Homens	24,88%	25,80%	25,48%	25,46%	24,82%	24,50%	23,82%
	Mulheres	26,69%	27,95%	27,90%	27,86%	27,24%	26,91%	26,08%
	Total	51,56%	53,74%	53,37%	53,32%	52,07%	51,41%	49,90%
Negro	Homens	2,55%	3,23%	2,85%	2,82%	2,97%	2,94%	3,14%
	Mulheres	2,45%	2,98%	2,79%	2,78%	2,94%	2,96%	3,12%
	Total	5,00%	6,21%	5,64%	5,60%	5,91%	5,90%	6,26%
Pardo	Homens	21,44%	19,40%	20,05%	20,20%	20,69%	21,00%	21,45%
	Mulheres	21,00%	19,05%	20,33%	20,26%	20,70%	21,10%	21,71%
	Total	42,45%	38,45%	40,38%	40,46%	41,39%	42,09%	43,16%
Outros	Homens	0,49%	0,79%	0,30%	0,29%	0,30%	0,27%	0,32%
	Mulheres	0,50%	0,80%	0,30%	0,33%	0,33%	0,32%	0,36%
	Total	0,99%	1,59%	0,61%	0,62%	0,63%	0,59%	0,68%

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2001 a 2005 e Censos 1991 e 2000.

Conforme a tabela 22 o estrato que teve maior elevação de 1991 até 2005 foi o de mulheres negras, com 60% de incremento em sua população em termos absolutos o impacto maior foi sentido na população de mulheres pardas. Os brancos tiveram crescimento abaixo da média, tanto homens quanto mulheres, já os negros e pardos ficaram acima da média de crescimento da população brasileira.

Tabela 22 - Variação % em Relação ano base 1991 (100%) da População Residente, por gênero e por cor - 1991-2005.

Cor	Gênero	Ano						
		1991	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Total	Homens	100%	115%	114%	117%	118%	122%	124%
	Mulheres	100%	116%	117%	119%	121%	126%	127%
	Total	100%	116%	115%	118%	120%	124%	126%
Branços	Homens	100%	120%	118%	121%	120%	122%	120%
	Mulheres	100%	121%	121%	123%	122%	125%	123%
	Total	100%	121%	119%	122%	121%	124%	122%
Negros	Homens	100%	147%	129%	131%	139%	143%	155%
	Mulheres	100%	141%	131%	134%	144%	150%	160%
	Total	100%	144%	130%	132%	142%	146%	157%
Pardos	Homens	100%	105%	108%	111%	116%	121%	126%
	Mulheres	100%	105%	112%	114%	118%	125%	130%
	Total	100%	105%	110%	113%	117%	123%	128%
Outros	Homens	100%	185%	70%	69%	72%	68%	81%
	Mulheres	100%	186%	70%	78%	80%	80%	90%
	Total	100%	185%	70%	74%	76%	74%	85%

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2001 a 2005 e Censos 1991 e 2000.

Desses números apresentados em relação à divisão da população brasileira, o DIEESE, através de boletim apresentado em novembro de 2001 coloca a população brasileira em níveis de pobreza da seguinte forma, dos 40% pardos, 48% são pobres e 22% são indigentes; para os pretos, dos 6%, 43% são pobres e 18% são indigentes; para os brancos a situação é diferente dos quase 50% da população branca, 22% são pobres e 8% são indigentes.

Ainda sobre a pobreza no enfoque sobre os negros, Almeida (2005) descreve que a pobreza no Brasil diminuiu desde 1992, sendo que 5 milhões de pessoas saíram da linha de abaixo da pobreza, ou seja, passaram a ter renda per capita acima de R\$ 75,50, valor de 2000, porém um agravante fica oculto nesses dados, é a situação dos negros. O número de negros pobres aumentou em 500 mil. Sendo assim, a representatividade da elevação dos pobres negros em relação ao aumento da população negra, que no período de 1991 em diante cresceu em 4 milhões de indivíduos, foi de 12,5%, ou seja, a cada 1000 indivíduos negros a mais na população, 125 eram pobres.

A desigualdade racial no Brasil é evidente, apesar de tentar ser minimizada por órgãos governamentais, porém alguns segmentos públicos intercedem em prol da melhoria das discriminações e igualdades, buscando através de estudos, relatórios, discussões, buscar um entendimento de qual seja o principal problema a ser enfrentado. No mercado de trabalho, por exemplo, as desigualdades salariais são imensas, o abismo existente entre o salário de homens

brancos para mulheres brancas é grande, torna-se maior ainda mais para a raça negra, tanto para homens quanto para mulheres, essas últimas são as que sofrem com as maiores disparidades salariais.

Para Vasconcelos (2005), grande parte da desigualdade dos salários é em função da diferença de escolaridade que existe entre os indivíduos nos diferentes segmentos das cores, em torno de 47%, o restante pode ser explicado tão somente por preconceitos raciais. Dessa forma, seguindo esse raciocínio, fica evidenciado onde devem ser feitas as políticas públicas, primeiramente em áreas educacionais, contudo não após essa primeira medida e sim durante esse processo, deve-se conscientizar o público e o privado para que as diferenças salariais e as oportunidades de emprego e de ascensões nas empresas ocorram de forma indiscriminatórias.

4.3. Distribuição da população ocupada

A população ocupada do Brasil de 2001 para 2005 teve um crescimento de 15%, em torno de 11,6 milhões pessoas as mais ocupadas no mercado de trabalho das quais 5,9 milhões foram mulheres e 5,7 milhões foram homens, aumento de 19% e 13% respectivamente, conforme demonstrado na tabela 23. O segmento em relação à cor que teve maior incremento foram as mulheres pardas com 3,3 milhões a mais no cenário de empregos do Brasil, em termos relativos, excetuando o segmento outras, sem importância nesse estudo, as mulheres negras foram as que tiveram maior aumento em sua participação no mercado de trabalho, foi um aumento de 38%, bem acima de média de 15%.

Tabela 23 - População Ocupada, 10 anos ou mais de idade, por gênero e cor - 2001-2005.

Cor	Gênero	Ano					Variação % 2001-2005
		2001	2002	2003	2004	2005	
Total	Homens	44.747.449	46.334.235	46.935.090	49.241.975	50.436.228	13%
	Mulheres	30.710.723	32.624.631	33.228.391	35.354.319	36.653.748	19%
	Total	75.458.172	78.958.866	80.163.481	84.596.294	87.089.976	15%
Branco	Homens	23.797.398	24.545.085	24.357.930	25.144.414	25.023.424	5%
	Mulheres	17.386.015	18.285.864	18.319.573	19.165.652	19.247.992	11%
	Total	41.183.413	42.830.949	42.677.503	44.310.066	44.271.416	7%
Negro	Homens	2.667.867	2.796.656	2.921.140	3.052.536	3.404.246	28%
	Mulheres	1.762.887	1.864.035	1.970.075	2.183.769	2.429.716	38%
	Total	4.430.754	4.660.691	4.891.215	5.236.305	5.833.962	32%
Pardo	Homens	17.995.133	18.701.737	19.365.375	20.751.668	21.647.022	20%
	Mulheres	11.348.740	12.227.515	12.711.653	13.767.231	14.677.232	29%
	Total	29.343.873	30.929.252	32.077.028	34.518.899	36.324.254	24%
Outros	Homens	287.051	290.757	290.645	293.357	361.536	26%
	Mulheres	213.081	247.217	227.090	237.667	298.808	40%
	Total	500.132	537.974	517.735	531.024	660.344	32%

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2001 a 2005.

A participação das mulheres em cada segmento de cor na população ocupada do Brasil conforme tabela 24, é em menor escala em relação à participação preponderantemente masculina, sendo que no total, 57,91% da população ocupada é de homens e 42,09% de mulheres, nos segmentos de cada cor, ocorre situação semelhante, já que os percentuais são de 56,52%, 58,35% e 59,59%, para os homens brancos, negros e pardos respectivamente. Contudo ano após ano esses números vêm perdendo espaço, pois as mulheres vêm ganhando campo no mercado de trabalho. As formas que elas se inserem são as mais variadas, porém a grande preocupação é que muitas delas estão em busca de trabalhos para sustento da família e ocupam-se somente em trabalhos com baixas remunerações, trabalhos domésticos ou trabalhos informais.

Tabela 24 - Participação % da população ocupada de 10 anos ou mais de idade, por gênero e cor no total de cada segmento de cor - 2001-2005.

Cor	Gênero	Ano				
		2001	2002	2003	2004	2005
Total	Homens	59,30%	58,68%	58,55%	58,21%	57,91%
	Mulheres	40,70%	41,32%	41,45%	41,79%	42,09%
	Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Branco	Homens	57,78%	57,31%	57,07%	56,75%	56,52%
	Mulheres	42,22%	42,69%	42,93%	43,25%	43,48%
	Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Negro	Homens	60,21%	60,01%	59,72%	58,30%	58,35%
	Mulheres	39,79%	39,99%	40,28%	41,70%	41,65%
	Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Pardo	Homens	61,33%	60,47%	60,37%	60,12%	59,59%
	Mulheres	38,67%	39,53%	39,63%	39,88%	40,41%
	Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Outro	Homens	57,40%	54,05%	56,14%	55,24%	54,75%
	Mulheres	42,60%	45,95%	43,86%	44,76%	45,25%
	Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2001 a 2005.

Na questão da participação de cada segmento relacionado com o gênero é evidente a predominância masculina dos quais 28,73% são homens brancos e 28,77% são homens negros e pardos, o restante das ocupações fica para as mulheres, das quais as brancas ficam com uma fatia de 22,1% e as negras e pardas com 19,64% das ocupações. Da mesma forma que a tabela 23, a tabela 24 demonstra o crescimento da população ocupada feminina, porém a diferença está no que é mostrado, pois o aumento da população ocupada feminina ocorre em detrimento da população ocupada masculina, mais precisamente, a população ocupada masculina branca, sendo essa ter perdido participação percentual de quase 3 pontos, em termos absolutos cerca de 2,4 milhões de ocupação dos homens brancos passaram para os outros segmentos.

Tabela 25 - Participação % da população ocupada de 10 anos ou mais de idade, por gênero e cor no total - 2001-2005.

Cor	Gênero	Ano				
		2001	2002	2003	2004	2005
Total	Homens	59,30%	58,68%	58,55%	58,21%	57,91%
	Mulheres	40,70%	41,32%	41,45%	41,79%	42,09%
	Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Branços	Homens	31,54%	31,09%	30,39%	29,72%	28,73%
	Mulheres	23,04%	23,16%	22,85%	22,66%	22,10%
	Total	54,58%	54,24%	53,24%	52,38%	50,83%
Negros	Homens	3,54%	3,54%	3,64%	3,61%	3,91%
	Mulheres	2,34%	2,36%	2,46%	2,58%	2,79%
	Total	5,87%	5,90%	6,10%	6,19%	6,70%
Pardos	Homens	23,85%	23,69%	24,16%	24,53%	24,86%
	Mulheres	15,04%	15,49%	15,86%	16,27%	16,85%
	Total	38,89%	39,17%	40,01%	40,80%	41,71%
Outros	Homens	0,38%	0,37%	0,36%	0,35%	0,42%
	Mulheres	0,28%	0,31%	0,28%	0,28%	0,34%
	Total	0,66%	0,68%	0,65%	0,63%	0,76%

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2001 a 2005.

4.4. Rendimentos da população ocupada

A preponderância no mercado de trabalho brasileiro ser masculina em relação à ocupação, também é vista na questão dos rendimentos, na tabela 26 segue a segmentação de níveis salariais com base em salário mínimo de 2000, R\$ 151,00 à época. A população branca tem como principal faixa os que estão entre 1 e 2 salários mínimos, com pouco mais de 8,7 milhões de indivíduos e tem os homens brancos nessa mesma faixa salarial como principal agente com quase 4,9 milhões, sendo também esses números os que mais têm importância em termos de números absolutos, juntamente com as mulheres brancas na mesma faixa salarial com 3,8 milhões. Para os segmentos pardos e negros da população, o que fica mais evidente é o número de pessoas que ganham até 1 salário mínimo, pois entre negros e pardos são 8,8 milhões de pessoas, ou seja, quase o mesmo número de brancos que ganha entre 1 e 2 salários mínimos, porém o número de brancos ocupados é maior e segmentado para os maiores níveis das faixas salariais. Na parte mais alta da faixa salarial se vislumbra a desigualdade que ocorre em relação às mulheres, pois enquanto 1,03% do total das mulheres brancas ocupadas recebem mais de 30 salários mínimos, 0,18% das negras recebem na mesma faixa. Já os homens os brancos, 2,98% recebem mais de 30 salários mínimos, e os negros 0,47%. Está

evidenciada a situação de diferenças em acesso a empregos com salários altos, ou então quando há o acesso aos empregos, o rendimento ocorre de forma diferenciada entre os 4 principais segmentos estudados, homens e mulheres, negros e brancos.

Tabela 26 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas por cor, gênero e classes de rendimento nominal mensal de todos os trabalhos em 2000.

Cor	Classes de rendimento nominal mensal de todos os trabalhos	Total	Homens	Mulheres
Total	Total	65.629.892	40.860.097	24.769.796
	Até 1/2 salário mínimo	3.593.552	1.843.805	1.749.747
	1/2 a 1 salário mínimo	11.730.982	6.416.730	5.314.251
	1 a 2 salários mínimos	16.708.266	9.982.362	6.725.904
	2 a 3 salários mínimos	8.267.885	5.398.555	2.869.330
	3 a 5 salários mínimos	8.377.537	5.883.810	2.493.727
	5 a 10 salários mínimos	7.274.064	5.049.386	2.224.678
	10 a 15 salários mínimos	1.841.603	1.279.394	562.210
	15 a 20 salários mínimos	1.195.322	870.959	324.363
	20 a 30 salários mínimos	686.490	513.928	172.563
	Mais de 30 salários mínimos	942.649	768.418	174.230
	Sem rendimento	5.011.543	2.852.750	2.158.793
	Branca	Total	36.532.933	22.097.160
Até 1/2 salário mínimo		1.277.033	603.892	673.142
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo		4.951.791	2.510.590	2.441.200
Mais de 1 a 2 salários mínimos		8.731.375	4.864.687	3.866.688
Mais de 2 a 3 salários mínimos		4.892.470	3.035.190	1.857.280
Mais de 3 a 5 salários mínimos		5.411.454	3.657.955	1.753.499
Mais de 5 a 10 salários mínimos		5.266.439	3.545.009	1.721.431
Mais de 10 a 15 salários mínimos		1.435.293	979.084	456.208
Mais de 15 a 20 salários mínimos		975.512	703.926	271.587
Mais de 20 a 30 salários mínimos		573.400	427.301	146.099
Mais de 30 salários mínimos		808.964	658.984	149.980
Sem rendimento		2.209.202	1.110.542	1.098.659
Preta		Total	4.385.783	2.800.282
	Até 1/2 salário mínimo	338.532	179.967	158.565
	Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	1.063.128	600.135	462.993
	Mais de 1 a 2 salários mínimos	1.268.769	803.550	465.220
	Mais de 2 a 3 salários mínimos	548.252	382.431	165.821
	Mais de 3 a 5 salários mínimos	456.824	343.586	113.238
	Mais de 5 a 10 salários mínimos	290.592	217.399	73.193
	Mais de 10 a 15 salários mínimos	50.904	37.899	13.004
	Mais de 15 a 20 salários mínimos	23.570	18.103	5.467
	Mais de 20 a 30 salários mínimos	11.337	8.796	2.541
	Mais de 30 salários mínimos	10.851	8.977	1.874

(continua)

	Sem rendimento	323.026	199.440	123.586
	Total	23.738.406	15.364.258	8.374.148
	Até 1/2 salário mínimo	1.930.697	1.035.225	895.472
	Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	5.567.563	3.223.111	2.344.452
	Mais de 1 a 2 salários mínimos	6.506.415	4.194.464	2.311.951
	Mais de 2 a 3 salários mínimos	2.731.103	1.919.460	811.643
Parda	Mais de 3 a 5 salários mínimos	2.399.808	1.810.985	588.823
	Mais de 5 a 10 salários mínimos	1.587.547	1.204.438	383.109
	Mais de 10 a 15 salários mínimos	309.198	232.054	77.144
	Mais de 15 a 20 salários mínimos	160.668	124.541	36.128
	Mais de 20 a 30 salários mínimos	80.839	62.619	18.220
	Mais de 30 salários mínimos	92.850	76.560	16.290
	Sem rendimento	2.371.718	1.480.801	890.918
	Total	972.770	598397	374373
	Até 1/2 salário mínimo	47.289	24722	22568
	Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	148.500	82893	65607
	Mais de 1 a 2 salários mínimos	201.706	119661	82046
	Mais de 2 a 3 salários mínimos	96.061	61474	34586
Outros	Mais de 3 a 5 salários mínimos	109.452	71284	38168
	Mais de 5 a 10 salários mínimos	129.486	82540	46945
	Mais de 10 a 15 salários mínimos	46.209	30357	15852
	Mais de 15 a 20 salários mínimos	35.571	24390	11182
	Mais de 20 a 30 salários mínimos	20.914	15212	5703
	Mais de 30 salários mínimos	29.984	23898	6086
	Sem rendimento	107.598	61967	45632

Fonte: IBGE - Censo 2000.

Em cada faixa salarial há predominância de segmentos variados da sociedade, visto que nos segmentos mais baixos ou sem rendimentos os negros e pardos são os que mais estão presentes com participação acima de 50%, a partir de ocupações com salários acima de 1 começa a ocorrer à importância maior dos brancos, e ainda mais importante, o Censo de 2000, feito pelo IBGE, demonstra que a cada mudança da faixa salarial para cima, maior é a participação da população branca e por conseguinte menor da população negra e parda.

Tabela 27 – Participação % de pessoas de 10 anos ou mais de idade, por cor e faixa salarial em relação ao total em 2000.

Cor	Classes de rendimento nominal mensal de todos os trabalhos	Participação % de cor e gênero em relação a cada faixa salarial			Participação % de cor e gênero em relação ao total		
		Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Branca	Total	55,67%	54,08%	58,28%	55,67%	33,67%	22,00%
	Até 1/2 salário mínimo	35,54%	32,75%	38,47%	1,95%	0,92%	1,03%
	1/2 a 1 salário mínimo	42,21%	39,13%	45,94%	7,55%	3,83%	3,72%
	1 a 2 salários mínimos	52,26%	48,73%	57,49%	13,30%	7,41%	5,89%
	2 a 3 salários mínimos	59,17%	56,22%	64,73%	7,45%	4,62%	2,83%
	3 a 5 salários mínimos	64,59%	62,17%	70,32%	8,25%	5,57%	2,67%
	5 a 10 salários mínimos	72,40%	70,21%	77,38%	8,02%	5,40%	2,62%
	10 a 15 salários mínimos	77,94%	76,53%	81,15%	2,19%	1,49%	0,70%
	15 a 20 salários mínimos	81,61%	80,82%	83,73%	1,49%	1,07%	0,41%
	20 a 30 salários mínimos	83,53%	83,14%	84,66%	0,87%	0,65%	0,22%
	Mais de 30 salários mínimos	85,82%	85,76%	86,08%	1,23%	1,00%	0,23%
	Sem rendimento	44,08%	38,93%	50,89%	3,37%	1,69%	1,67%
Preta	Total	6,68%	6,85%	6,40%	6,68%	4,27%	2,42%
	Até 1/2 salário mínimo	9,42%	9,76%	9,06%	0,52%	0,27%	0,24%
	1/2 a 1 salário mínimo	9,06%	9,35%	8,71%	1,62%	0,91%	0,71%
	1 a 2 salários mínimos	7,59%	8,05%	6,92%	1,93%	1,22%	0,71%
	2 a 3 salários mínimos	6,63%	7,08%	5,78%	0,84%	0,58%	0,25%
	3 a 5 salários mínimos	5,45%	5,84%	4,54%	0,70%	0,52%	0,17%
	5 a 10 salários mínimos	3,99%	4,31%	3,29%	0,44%	0,33%	0,11%
	10 a 15 salários mínimos	2,76%	2,96%	2,31%	0,08%	0,06%	0,02%
	15 a 20 salários mínimos	1,97%	2,08%	1,69%	0,04%	0,03%	0,01%
	20 a 30 salários mínimos	1,65%	1,71%	1,47%	0,02%	0,01%	0,00%
	Mais de 30 salários mínimos	1,15%	1,17%	1,08%	0,02%	0,01%	0,00%
	Sem rendimento	6,45%	6,99%	5,72%	0,49%	0,30%	0,19%
Parda	Total	36,17%	37,60%	33,81%	36,17%	23,41%	12,76%
	Até 1/2 salário mínimo	53,73%	56,15%	51,18%	2,94%	1,58%	1,36%
	1/2 a 1 salário mínimo	47,46%	50,23%	44,12%	8,48%	4,91%	3,57%
	1 a 2 salários mínimos	38,94%	42,02%	34,37%	9,91%	6,39%	3,52%
	2 a 3 salários mínimos	33,03%	35,56%	28,29%	4,16%	2,92%	1,24%
	3 a 5 salários mínimos	28,65%	30,78%	23,61%	3,66%	2,76%	0,90%
	5 a 10 salários mínimos	21,82%	23,85%	17,22%	2,42%	1,84%	0,58%
	10 a 15 salários mínimos	16,79%	18,14%	13,72%	0,47%	0,35%	0,12%
	15 a 20 salários mínimos	13,44%	14,30%	11,14%	0,24%	0,19%	0,06%
	20 a 30 salários mínimos	11,78%	12,18%	10,56%	0,12%	0,10%	0,03%
	Mais de 30 salários mínimos	9,85%	9,96%	9,35%	0,14%	0,12%	0,02%
	Sem rendimento	47,33%	51,91%	41,27%	3,61%	2,26%	1,36%
Outros	Total	1,48%	1,46%	1,51%	1,48%	0,91%	0,57%
	Até 1/2 salário mínimo	1,32%	1,34%	1,29%	0,07%	0,04%	0,03%
	1/2 a 1 salário mínimo	1,27%	1,29%	1,23%	0,23%	0,13%	0,10%

(continua)

1 a 2 salários mínimos	1,21%	1,20%	1,22%	0,31%	0,18%	0,13%
2 a 3 salários mínimos	1,16%	1,14%	1,21%	0,15%	0,09%	0,05%
3 a 5 salários mínimos	1,31%	1,21%	1,53%	0,17%	0,11%	0,06%
5 a 10 salários mínimos	1,78%	1,63%	2,11%	0,20%	0,13%	0,07%
10 a 15 salários mínimos	2,51%	2,37%	2,82%	0,07%	0,05%	0,02%
15 a 20 salários mínimos	2,98%	2,80%	3,45%	0,05%	0,04%	0,02%
20 a 30 salários mínimos	3,05%	2,96%	3,30%	0,03%	0,02%	0,01%
Mais de 30 salários mínimos	3,18%	3,11%	3,49%	0,05%	0,04%	0,01%
Sem rendimento	2,15%	2,17%	2,11%	0,16%	0,09%	0,07%

Fonte: IBGE - Censo 2000.

A última análise da tabela 27 explicita novamente a participação diferenciada de negros e brancos no total de ocupações segmentado por faixas salariais, pois quanto maior é o nível das faixas menor a participação dos negros, com perdas percentuais maiores para os homens e mulheres pardas que passam de uma participação de 23,41% e 12,76% respectivamente em um nível de menos de meio salário mínimo, para 0,10% e 0,03% na faixa de mais de 30 salários mínimos. Enquanto isso a população branca, utilizando o mesmo parâmetro, passa de 32,75% e 38,47% de homens e mulheres, para 85,76% e 86,08% de participação nas faixas de menos de meio salário mínimo e de mais de 30 salários mínimos.

O rendimento da população brasileira de 1998 em diante vem sofrendo queda, demonstrado através dos dados coletado na Pesquisa de Empregos e Desemprego na tabela 28, a perda nominal foi de 19,21% no período entre 1998 e 2005, em termos de valores o perda foi de R\$ 218,84 no mesmo período.

Tabela 28 - Rendimento médio em R\$ da população ocupada por cor em regiões metropolitanas - 1998 – 2005.

Ano	Rendimentos por Cor em R\$		Total em R\$	Diferença Absoluta em R\$	Rendimento dos Negros em relação aos não negros em %
	Negros	Não Negros			
1998	841,57	1.436,44	1.139,01	594,88	58,59%
1999	824,64	1.363,20	1.093,92	538,56	60,49%
2000	784,62	1.352,57	1.068,60	567,95	58,01%
2001	786,13	1.317,29	1.051,71	531,16	59,68%
2002	764,18	1.291,87	1.028,02	527,69	59,15%
2003	690,21	1.165,21	927,71	475,00	59,23%
2004	692,33	1.146,03	919,18	453,70	60,41%
2005	695,83	1.144,50	920,17	448,67	60,80%
Varição de Rendimentos	-17,32%	-20,32%	-19,21%	-24,58%	3,77%

Fonte: Dieese/Seade - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

As perdas dos negros e dos não negros estão quase no mesmo patamar em termos percentuais, para os primeiros a perda foi de 17,32% e para o segundo a perda foi de 20,32%, já a perda em valores dos não negros foi maior, visto que seus rendimentos são maiores dos que a dos negros, enquanto os negros tiveram queda de R\$ 145,74, os não negros tiveram perda de R\$ 291,94.

Em 1998 os negros recebiam 58,59% dos não negros, visto as perdas maiores em termos absolutos dos não negros maiores do que dos negros, o valor que os negros recebem fica em 60,80% do rendimento dos não negros. A diferença de valores passou de R\$ 594,88 em 1998 para em 2005 de R\$ 448,67.

Fazendo correlação entre negros e brancos em fins de 2006, a PME feita pelo IBGE demonstra que os trabalhadores negros e pardos ganham em média 51,1% do rendimento dos trabalhadores brancos. Enquanto negros e pardos recebiam R\$ 660,45 na média das seis principais regiões metropolitanas do país, os brancos tinham um salário médio de R\$ 1.292,19, diferença em valores de R\$ 631,74. Ainda na mesma pesquisa constata-se que na indústria os brancos recebem 96,6% a mais que os negros e na construção civil o salário dos brancos é 105,6% maior, apesar do número de negros e pardos ser maior. Nos empregos domésticos a diferença não tão alta, pois os brancos recebem 14,21% mais do que os negros.

4.5. Anos de estudo da população ocupada

A tabela 29 demonstra que os brancos recebem 87,42% a mais que os negros por hora de serviço, porém essa diferença vem caindo ano após ano desde 1999, pois antes era de 103,96%. Em cada nível de anos de estudo os negros também tem diferenças grandes, a PNAD segmentou em 4 faixas de anos de estudo e quantificou cada faixa por valor de hora de serviço. Os brancos que estudaram até 4 anos ganhavam em 2004 a média de R\$ 2,97 por hora, já os negros e pardos ganhavam a média de R\$ 2,02, diferença de 47,03%. Exceto para a faixa de 5 a 8 anos de estudo que houve aumento da diferença salarial, as outras duas também tiveram as diferenças salariais minimizadas, demonstrando que as políticas que vem sendo implementada para acesso nos negros e pobres a educação, principalmente ao ensino superior vêm surtindo efeito, pois os negros e pardos com o mesmo anos de estudo que os brancos vêm ganhando maior importância no mercado de trabalho e tendo seus rendimentos equiparados aos dos brancos.

Tabela 29 - Rendimento em R\$ por hora da população ocupada por cor e anos de estudo entre 1999 – 2004.

Anos de Estudo	Cor	Ano					Variação % 1999-2004
		1999	2001	2002	2003	2004	
Total	Branços	4,12	4,70	5,00	5,80	5,96	44,66%
	Negros e Pardos	2,02	2,30	2,60	2,90	3,18	57,43%
	Diferença Relativa	103,96%	104,35%	92,31%	100,00%	87,42%	-22,23%
Até 4 anos	Branços	2,04	2,30	2,50	2,80	2,97	45,59%
	Negros e Pardos	1,31	1,50	1,60	1,90	2,02	54,20%
	Diferença Relativa	55,73%	53,33%	56,25%	47,37%	47,03%	-15,89%
5 a 8 anos	Branços	2,54	2,90	3,00	3,50	3,63	42,91%
	Negros e Pardos	1,86	2,10	2,20	2,50	2,63	41,40%
	Diferença Relativa	36,56%	38,10%	36,36%	40,00%	38,02%	3,66%
9 a 11 anos	Branços	4,06	4,40	4,50	4,90	5,16	27,09%
	Negros e Pardos	2,83	3,10	3,30	3,50	3,61	27,56%
	Diferença Relativa	43,46%	41,94%	36,36%	40,00%	42,94%	-1,70%
12 anos ou mais	Branços	10,66	11,80	12,30	13,80	13,72	28,71%
	Negros e Pardos	7,66	8,30	8,80	8,80	10,26	33,94%
	Diferença Relativa	39,16%	42,17%	39,77%	56,82%	33,72%	-15,43%

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

O mercado brasileiro em sua diversidade de raças vislumbra uma diversidade educacional, conforme demonstra a tabela 30, os brancos estudaram em torno de 7,7 anos, enquanto os negros e pardos estudaram 5,83 anos, comparando com a média nacional, os primeiros ficam acima e os segundos abaixo dessa média nacional. Esse quadro vem mudando com o tempo, pois desde 1999 o crescimento do tempo de estudo dos brancos vem sendo de 14,93% em relação a 2004, já os negros tiveram crescimento de 29,78% e os pardos de 26,74%, bem acima do crescimento da média, que foi de 17,76%, fruto de políticas de inserção de negros nos ensinos médio e superior.

Tabela 30 - Tempo médio de estudo população ocupada por cor entre 1999 – 2004.

Ano	Anos de Estudo por Cor			Total
	Branços	Negros	Pardos	
1999	6,70	4,50	4,60	5,80
2001	6,98	5,02	5,03	6,10
2002	7,10	5,50	5,20	6,30
2003	7,30	5,60	5,40	6,40
2004	7,70	5,84	5,83	6,83
Varição de Anos de Estudo	14,93%	29,78%	26,74%	17,76%

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio.

O impacto gerado pela educação é visto na vulnerabilidade em que os negros e não negros se encontram no mercado de trabalho. O estudo da vulnerabilidade comporta os assalariados sem carteira assinada, os autônomos que trabalham para o público, os trabalhadores familiares sem remuneração e os empregados domésticos. O nível mais alto fica para as mulheres negras, que em todo o estudo ficou evidenciado sua participação menor nas ocupações e além disso também em empregos de baixa remuneração, sem necessidades de instrução, esses números vêm caindo desde 1998, já que nesse ano eram 50,83%, enquanto em 2005 as mulheres negras tinham participação em trabalhos vulneráveis de 47,83%. Ainda muito elevado em relação aos homens não negros, que ocupavam em 2005 25,48% de ocupações vulneráveis, e com queda desde 1998. Já as mulheres não negras e os homens negros se equiparam, sendo em torno de 30% para cada um deles, de acordo com a tabela 31.

Tabela 31 - Taxa de vulnerabilidade em % da população ocupada por cor e gênero - 1998 – 2005.

Ano	Total	Cor					
		Negros			Não-Negros		
		Gênero					
		Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
1998	35,83	40,95	33,32	50,83	30,18	26,53	35,03
1999	36,33	41,07	33,72	50,22	31,22	27,18	36,27
2000	36,30	40,98	33,43	50,38	31,02	26,77	36,27
2001	35,80	40,28	32,97	49,38	30,38	26,65	35,02
2002	36,03	40,25	32,85	49,28	30,50	27,03	34,67
2003	35,30	39,30	31,70	48,43	29,83	26,37	34,17
2004	35,25	39,03	31,48	48,08	30,03	26,65	34,10
2005	34,38	38,55	30,77	47,83	28,95	25,48	33,23

Fonte: Dieese/Seade - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Um importante passo para o ingresso no mercado de trabalho está na educação com qualidade, pois caso não seja feito com qualidade e equidade, a inserção não ocorre de maneira igual para os componentes da sociedade.

A desigualdade que ocorre na educação se reflete também no fato de que negros e os pardos ocupam postos com pior remuneração. Segundo a PME de 2006, em 2006, 55,4% das pessoas ocupadas na construção civil eram negros ou pardos. Eles representavam ainda 57,8% dos ocupados nos serviços domésticos. A correlação é feita a partir da pouca escolaridade que é necessária para exercer tais funções.

Os negros do mercado de trabalho brasileiro sofrem pressões na hora de suas contratações, pois são contratados para cargos de menor confiança com necessidade de pouca qualificação ou menor reconhecimento, setores como o químico e o farmacêutico deixam de fora os negros que estão inseridos no mercado. E quando são contratados para as funções que os brancos exercem recebem menores salários e esse é o que não pode ser respondido através de todo esse estudo feito, pois além do próprio preconceito inerente aos empregadores ou as empresas, não há outra explicação. Sendo que na mesma ocupação pessoas com o mesmo grau de escolaridade, o mesmo conhecimento, a mesma experiência, a mesma qualificação e a mesma idade, recebam menores rendimentos. E quanto mais importante for o setor que houver a necessidade de mão de obra maior será a discriminação da sociedade perante os negros.

4.6. Ocupação principal da população ocupada

Comparando as populações ocupadas negras e não negras, em relação a sua situação de ocupação verificasse uma proximidade grande dos números, visto que em 2005 a PED mostrou nas tabelas 32 e 33 que 66,57% da população não negra ocupada era assalariada e teve um crescimento desde 1998 de 5,35%, desses 39,48% possuíam carteira assinada e tiveram elevação de 10,13% de participação. Os autônomos eram 18,23% e vinham com queda desse percentual, já eram 5,65% de empregadores, 4,68% de empregados domésticos, 1,95% de empregados familiar sem remuneração salarial e 2,92% em outras situações.

Tabela 32 - Ocupação principal em % da população ocupada em relação à cor não negra - 1998 – 2005.

Ano	Total	Assalariados				Autônomos	Empregador	Empregado Doméstico	Empregado Familiar sem Remuneração Salarial	Outras
		Total	Setor privado							
			Total	Com carteira assinada	Sem carteira assinada					
1998	100,0	63,18	45,10	35,85	9,23	18,37	6,32	6,10	1,89	4,15
1999	100,0	62,98	45,58	35,72	9,87	18,83	6,02	6,42	1,74	4,02
2000	100,0	63,28	46,03	35,53	10,52	18,83	6,33	5,50	2,08	3,97
2001	100,0	64,45	47,52	37,18	10,35	18,55	6,15	5,12	2,47	3,27
2002	100,0	64,98	47,85	37,17	10,68	18,15	6,10	5,77	1,76	3,23
2003	100,0	64,73	47,47	37,12	10,32	18,65	5,98	5,02	2,30	3,32
2004	100,0	65,17	48,03	37,40	10,65	18,63	5,82	5,47	1,09	3,83
2005	100,0	66,57	49,62	39,48	10,13	18,23	5,65	4,68	1,95	2,92
Variação entre 2005 - 1998		5,35%	10,01%	10,13%	9,75%	-0,73%	-10,55%	-23,22%	3,18%	-29,72%

Fonte: Dieese/Seade - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Já os negros possuem números um pouco diferentes, sua população ocupada está em 62,72% em empregos assalariados, dos quais 39,15% com carteira assinada e ambos vêm em elevação, os autônomos são 20,50%, os empregados familiar são 0,9% e outras situações são 1,72%. O que mais chama a atenção é a participação em relação a empregador, que é menos da metade dos não negros com 2,2%, e dos empregados domésticos, com o mais do que o dobro em relação aos não negros, com a participação de 11,97%. Mais uma vez fica evidenciada a diferença de inserção de negros e brancos no mercado, visto que a proporção de negros como empregados domésticos, em sua grande parte mulheres sem estudo é grande, e também em relação a empregadores, que a participação da população negra é muito baixa, apesar dos números da população negra já serem bem abaixo da população não negra.

Tabela 33 - Ocupação principal em % da população ocupada em relação à cor negra - 1998 – 2005.

Ano	Total	Assalariados				Autônomos	Empregador	Empregado Doméstico	Empregado Familiar sem Remuneração Salarial	Outras
		Total	Setor privado							
			Total	Com carteira assinada	Sem carteira assinada					
1998	100,0	59,90	45,78	35,20	10,58	20,22	2,37	13,63	1,78	2,10
1999	100,0	59,80	45,88	35,13	10,77	20,88	2,20	13,50	1,58	2,02
2000	100,0	60,60	47,17	35,95	11,22	20,43	2,20	13,37	1,50	1,90
2001	100,0	61,42	48,18	36,62	11,55	20,15	2,45	12,80	1,24	1,92
2002	100,0	61,23	48,10	36,38	11,72	20,48	2,40	12,58	1,28	1,98
2003	100,0	61,30	48,08	37,15	10,92	20,67	2,43	12,47	1,20	1,96
2004	100,0	61,68	48,42	37,45	10,95	20,83	2,30	12,22	1,04	1,96
2005	100,0	62,72	50,13	39,15	11,00	20,50	2,20	11,97	0,90	1,72
Variação entre 2005 - 1998		4,70%	9,50%	11,22%	3,94%	1,40%	-7,04%	-12,22%	-49,44%	-18,10%

Fonte: Dieese/Seade - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

A Pesquisa sobre o Mercado de Trabalho Segundo a Cor ou a Raça feita pelo IBGE em setembro de 2006 expressa que os negros são minoria no total dos assalariados com carteira assinada, visto que são 39,8% do total, já os brancos são 59,7%. A área que teve menor participação dos negros foi a de intermediação financeira e atividades financeiras com somente 34,6% dos assalariados com carteira assinada.

Após conseguir um lugar ao sol no mercado de trabalho os negros passam por diversas formas de discriminação, sendo elas recorrentes e cotidianas, indiretas e institucionais e não diretas e individuais. Poderia haver programa que valorizassem a diversidade e minimizasse a exclusão dos trabalhadores negros em processos de treinamento e capacitação, pois após isso, poderia ser utilizado como forma de avaliação para promoções ou demissões.

O governo no Brasil já deu um grande passo que foi admitir o racismo e está em pensamentos de criar e promover políticas públicas que possam reverter essa situação de total preconceito. Há a necessidade da ajuda do privado através principalmente das multinacionais, pois algumas delas já possuem o estigma de lutas antidiscriminatórias recorrente em algumas partes do mundo. Porém há timidez em todo o processo, pois o tamanho do problema é grande, os negros e os pardos no Brasil não são minorias, pelo contrário, as populações negras, pardas e brancas se equiparam em número de habitantes. Apesar de que o combate não surtiu o efeito desejado em curto prazo, as mudanças que a sociedade espera demoram a ocorrer e o que deve ser feito pelo governo, é não deixar que os não resultados positivos de curto prazo, façam com que afete as políticas de longo prazo.

O relatório apresentado pela OIT em 2007 diz que apesar de toda a discriminação existente entre homens e mulheres, negros e brancos, o rendimento maior dos homens brancos sem importar o nível educacional em relação aos rendimentos de homens negros e mulheres brancas e negras teve queda. O Estudo aponta que a desigualdade de renda entre brancos e negros no Brasil caiu, devido principalmente a sucessivos aumentos do salário mínimo, redução da inflação e declínio nos ganhos reais dos homens brancos. O Brasil também teve sucesso em políticas para reduzir a desigualdade racial.

CAPÍTULO V

5. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

5.1. Conclusão

O Brasil, hoje com todo o potencial econômico que possui, sofre conseqüências não admissíveis por estratégias políticas que os governantes impõem a um povo que sofre cada dia mais para ter o seu alimento sobre a mesa. Pior para aqueles que são marginalizados no mercado de trabalho, que são excluídos de postos de trabalhos por serem mulheres ou negros e pardos, que da mesma forma que os homens brancos precisam sustentar suas casas, dar o que de comer para sua família, ter o que vestir, ou aqueles que quando encontram um posto, um porto seguro, sofrem com as diferenças salariais, pois são homens negros, mulheres brancas ou mulheres negras, que em principio não teriam estudos suficiente para ganhar o mesmo que os homens brancos, mas isso é errado afirmar, pois o estudo demonstrou no caso principalmente das mulheres brancas que têm um estudo senão maior, mas da mesma qualidade que os homens brancos. Nesse caso não é o estudo que faz os salários serem dispare, parece ser uma discriminação contra a mulher, o preconceito é evidente, e causador de disparidades de rendas enormes.

O estudo elaborado responde de forma estarrecedora o seu objetivo central, pois há uma forte discriminação em relação às mulheres e aos negros. Os governantes demonstram em seus cargos públicos querer diminuir esse processo, através de investimentos na área de educação, fazendo com que cada vez mais o povo que vive em periferias e áreas rurais de maioria negra tenha acesso a escolas, universidades, cursos profissionalizantes.

Projetos sociais estão sendo executados, mas será esse o caminho? A resposta pode ser positiva de esse ser um caminho, mas não o único caminho, pois o público é importante, porém o privado também é. As empresas possuem papel fundamental contra o preconceito racial e de gênero no mercado de trabalho, pois suas políticas de equidades para contratação, treinamentos, tratamentos internos e políticas salariais devem gerar a melhor forma de igualdade possível. As externalidades geradas pelo privado, juntamente com os programas governamentais, pode ser o caminho.

Em relação a mulheres ficou visto que os salários delas não têm sentido de ser mais baixo que o dos homens, pois os cargos surgidos após a revolução tecnológica na década de 1970 condizem com a atuação delas, são cargos que exigem técnica e perícia, conhecimentos e raciocínio, são cargos administrativos ou de pesquisas, que podem adotar a equidade salarial para homens e mulheres. O estudo e a idade não podem servir de pretexto para essa situação de desigualdades salariais, visto que as mulheres se inserem no mercado de trabalho mais tarde que os homens em função de passar mais tempo no estudo, se aperfeiçoando para adentrar ao mercado de trabalho, cada vez mais concorrencial e eletivo.

Em relação aos negros e pardos, ficou diagnosticado, que sua menor remuneração se diz principalmente a falta de estudos, apesar de que negros com o mesmo grau de instrução que os brancos possuem dificuldade em relação às diferenças salariais, pois há um preconceito nas instituições que contratam esses trabalhadores. Em relação aos estudos, há menor inserção dos negros e pardos em níveis médios e superiores, grande explicação para o acesso restrito a certas áreas de atuação com necessidade de maior conhecimento e para as desigualdades salariais, porém esse quadro vem mudando, de forma vagarosa, porém os governantes já admitem haver discriminação, e estão aos poucos criando formas de inserção de negros e pardos em escolas e universidades.

De forma geral, o Brasil tem que melhorar suas políticas públicas, principalmente as voltadas para a educação, para ter uma população mais consciente de seus deveres, mas principalmente de seus direitos e também ter conhecimento o suficiente para lutar por vagas e salários melhores no mercado de trabalho. O privado tem que se conscientizar em diminuir as desigualdades de acesso ao emprego e posteriormente às desigualdades salariais. E a população de forma geral, não pode ser submissa a imposições irrestritas, apesar da necessidade de subsistência, tem que haver um mínimo de consciência em relação a seus atos, não podendo se submeter a trabalhos escravos, com remunerações desiguais aos seus companheiros, qual seja seu gênero e raça.

5.2 Recomendações

Fica recomendado para estudos posteriores fazer estudos de desigualdades salariais em relação para outras situações, tais como, entre países, regiões ou estados brasileiros, também o preconceito que sofrem a população com necessidades especiais, que tem seus salários menores que as pessoas que não possuem deficiência, e por ultimo as desigualdades salariais entre jovens, adultos e idosos.

REFERÊNCIAS

A Transversalização de Gênero, Raça e Etnia no PNQ. 2004, Brasília. **Desenvolvimento de ações no campo da qualificação social e profissional para a promoção da inclusão social de trabalhadores e trabalhadoras.** Brasília: MTE, SPPE. DEQ, 2005. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/discriminacao/RelatorioTransversalidadeGeneroRacaPNQMTEOIPNQatual.pdf>>. Acesso em: 04 jan. 2007.

ALMEIDA, Guilherme Assis de; LIBÂNIO, José Carlos; OSÓRIO, Rafael Guerreiro. **Relatório de desenvolvimento humano - Brasil 2005: Racismo, pobreza e violência.** São Paulo: PNUD.

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo.** 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000. 367 p.

ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

Brasil, Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social. **O mercado de trabalho e a geração de empregos.** Brasília, 1996. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 23 out. 2006.

CAMARGO, José Márcio (Org.). **Flexibilidade do mercado de trabalho no Brasil.** Rio de Janeiro: FGV, 1996. 243 p.

CAMPANTE, Filipe R.; CRESPO, Anna R. V.; LEITE, Phillippe G. P. G.. **Desigualdade salarial entre raças no mercado de trabalho urbano brasileiro: aspectos regionais.** Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbe/v58n2/a03v58n2.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2006.

CASTELLS, Manuel. In: Paz e Terra. **A Sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura.** São Paulo, 2006. v. 1, p. 265–412.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. Disponível em: <www.dieese.org.br>. Acesso desde: 23 out. 2006.

Igualdade no trabalho: enfrentando os desafios. Suplemento Nacional – Brasil. OIT, 2007. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso desde: 23 out. 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Banco de dados agregados. Disponível em: <www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso desde: 23 out. 2006.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Emprego. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br>. Acesso desde: 23 out. 2006.

KANITZ, Stephen C.. **O Brasil que dá certo: o novo ciclo de crescimento 1994 – 2005**. 16. ed. São Paulo: Makron Books, 1994. 100 p.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Publicações. Disponível em: <www.mte.gov.br/geral/publicacoes.asp>. Acesso desde: 23 out. 2006.

MODIANO, Eduardo Marco. **Da inflação ao cruzado: a política econômica no primeiro ano da nova república**. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1986. 126 p.

MORAES, Eunice Lea de. **Construindo identidades sociais: relação gênero e raça na política de qualificação social e profissional**. Brasília: MTE, SPPE. DEQ, 2005. 39 pág. (Construindo Identidades Sociais; vol. I) Disponível em: <www.mte.gov.br>. Acesso em: 04 jan. 2007.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Publicações. Disponível em: <www.oit.org.br/info/publ.php>. Acesso desde: 23 out. 2006.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro. **Negro estanca na escala social, diz estudo**. PNUD. Brasília, 2007. . Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/raca/reportagens/index.php?id01=2559&lay=rac>> Acesso em: 30 jan. 2007.

POCHMANN, Marcio. **O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização do final do século**. São Paulo: Contexto, 1999. 205 p.

RAMOS, Lauro. **O Desempenho recente do mercado de trabalho brasileiro: tendências, fatos estilizados e padrões espaciais**. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 13 jun. 2007.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego: diagnósticos e alternativas**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1999. 139p.

SOARES, Sergei Suarez Dillon. **O perfil da discriminação no mercado de trabalho: homens negros, mulheres brancas e mulheres negras.** Brasília: IPEA, 2000.

VASCONCELOS, Lia. **Realidade em preto e branco.** Brasília: Revista Desafios, ed. 17. 2005. Disponível em: <<http://www.desafios.org.br/Edicoes/17/artigo13702-1.asp>>.